

**O ORÇAMENTO MULHER NO PLOA-2009:
Análise e sugestões de emendas**





**O ORÇAMENTO MULHER NO PLOA-2009:
Análise e sugestões de emendas**

Brasília, Novembro de 2008

CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria

SCS Quadra 02 · Bloco C · Ed. Goiás · Salas 602/604

Brasília DF · 70.317-900 · TEL/FAX. (55 61) 3224-1791

cfemea@cfemea.org.br

www.cfemea.org.br

Elaboração de texto:

Gilda Cabral, Consultora do CFEMEA

Capa e projeto gráfico:

Isabela Araújo

Diagramação:

Pedro Borges

Tiragem:

500 exemplares

Apoio:

Fundação FORD

Fundação Heinrich Böll

Oxfam Internacional



**O ORÇAMENTO MULHER
NO PLOA-2009:
Análise e sugestões
de emendas**

Sumário

- 7** Apresentação
- 11** OS NÚMEROS DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA - PLOA 2009
- 12** OS NÚMEROS DA DÍVIDA PÚBLICA
- 15** SUPERÁVIT PRIMÁRIO
- 16** SUPERÁVIT PRIMÁRIO E CONTINGENCIAMENTO
PREJUDICAM A EXECUÇÃO EM 2008
- 19** A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO MULHER
ATÉ SETEMBRO DE 2008 E O PLOA 2009
- 25** REDUÇÃO DE RECURSOS ATINGE PROGRAMAS ESTRATÉGICOS
PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE PARA AS MULHERES
- 31** VALORES PROPOSTOS PARA 2009
E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA SPM
- 38** CAPÍTULO 4 DO II PNPM – ENFRENTAMENTO DE TODAS AS
FORMAS DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES
- 41** Conclusão
- 49** Anexos
- 56** Notas

APRESENTAÇÃO

O Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA apresenta sua análise e sugestões de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual 2009 (PLOA/2009), no intuito de ampliar e aprofundar essa discussão a partir da crítica feminista, bem como democratizar a esfera pública de discussão e decisão com a participação das mulheres.

Na nossa perspectiva, a elaboração e a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2009 e a sua execução deveriam dar consequência aos objetivos fundamentais da República (inscritos no artigo 3º da Constituição Federal), quais sejam: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Por isso, a análise que se segue está fundada nos princípios da igualdade e da justiça social, orientando nossa crítica (i) a defesa da equidade na redistribuição dos recursos públicos e, por outro lado, (ii) a rejeição de diretrizes centrais da proposta orçamentária em debate no Congresso Nacional, segundo a quais "As metas e as prioridades da administração pública federal devem refletir, a todo tempo, os objetivos da política econômica governamental, especialmente aqueles que integram o cenário em que se baseiam as metas fiscais". (LDO 2009). É uma inversão completa de valores, com custos altíssimos para a cidadania e para as mulheres em especial.

Essas opções, que não são novas, em termos de política econômica delimitam uma parte importante do contexto político de debate sobre o PLOA 2009. Neste cenário, um outro elemento crucial é a repercussão nacional da crise financeira internacional, que já impõe a tomada de decisões diretamente relacionadas ao Orçamento de 2009, como o recém anunciado corte de despesas estatais da ordem de R\$ 12 bilhões, proposto pelo senador Delcídio Amaral (PT/MS). É uma opção, entre outras. O Prêmio Nobel de Economia deste ano, por exemplo, foi dado a um economista norte-americano que preconiza exatamente o oposto para enfrentar a crise: aumentar os gastos públicos. Também discordam que o corte de gastos públicos seja a opção mais correta vários economistas brasileiros como Luiz Gonzaga Beluzzo e Maria Conceição Tavares, entre outros.

A ausência de uma política de controle de capitais, especialmente nesta fase de crise mundial nas bolsas de valores, deixou o país ainda mais vulnerável à especulação financeira. É uma situação cada vez mais preocupante. Um dos fatores que mais tem contribuído para o Déficit nas Contas Correntes é a remessa para o exterior. Segundo o Banco Central, a crise financeira mundial causou uma forte saída de dividendos de empresas estrangeiras estabelecidas no Brasil nos últimos meses, o que acelerou a deterioração do déficit das contas externas¹. As



remessas das multinacionais chegaram a US\$ 24,064 bilhões entre janeiro e agosto deste ano, em comparação com os US\$ 13,297 bilhões nos oito primeiros meses de 2007

A crise financeira mundial já é um problema concreto na vida das pessoas de nosso país. O recrudescimento das exigências para a concessão de crédito afeta em cheio as classes populares que alimentavam seus sonhos de adquirir, reformar ou construir seu imóvel. A crise também traz prejuízos severos para @s trabalhador@s que investiram em previdência complementar. No Brasil, 36% do patrimônio de R\$ 460 bilhões dos fundos de pensão estão aplicados em bolsa, segundo o Conselho de Gestão da Previdência Complementar. (...) As perdas totais dos 350 fundos de pensão complementar superaram, até outubro, os R\$ 40 bilhões, segundo a Secretaria de Previdência Complementar. (...) Entre as mais afetadas está a Previ que aplicou 65% do seu patrimônio em renda variável. Seu patrimônio encolheu de R\$ 140 bilhões de reais em maio para R\$ 125 bilhões em setembro².

Um outro elemento importante que conforma o contexto político do debate sobre o PLOA 2009 é a reforma tributária, em discussão no Congresso, porque traz mudanças de graves consequências para população, ao extinguir as contribuições sociais da seguridade além de alterar princípios constitucionais³.

Pelo menos a tendência de crescimento do salário mínimo está mantida. Dos atuais R\$ 415,00, a estimativa apontada no PLOA 2009 é passar para R\$ 464,72, a partir de fevereiro de 2009, ou seja, um acréscimo de 11,98%, ainda assim muito distante de garantir @s trabalhador@s e aposentad@s a vida digna a que têm direito.

A Equipe do CFEMEA
Brasília, novembro 2008

OS NÚMEROS DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA - PLOA 2009

A proposta orçamentária do governo para 2009 prevê R\$ 1.664,7 bilhões que, em números correntes⁴, significa 17,68% de aumento. Comparando a proposta PLOA 2009 com o PLOA 2008, observa-se as seguintes variações:

- 12,57% nas dotações dos orçamentos fiscal efetivo e da seguridade social;
- 28,34% no orçamento de investimento das empresas estatais federais;
- 27,77% para refinanciamento da dívida.

Tabela 1 - Síntese das propostas orçamentárias para 2008 e 2009 (R\$ bilhão)

Descrição	2008		2009		Variação despesas
	Receitas	Despesas	Receitas	Despesas	
1.Orçamento Geral da União	1.414,6	1.414,6	1.664,7	1.664,7	17,68%
2.Refinsanciamento da Dívida Pública	411,3	411,3	525,5	525,5	27,77%
3.Orçamento Geral da União Efetivo (1-2)	1.003,3	1.003,3	1.139,2	1.139,2	13,55%
4.Orçamento de Investimento das Estatais Federais	62,1	62,1	79,7	79,7	28,34%
5.Orçamentos Fiscal Efetivo e da Seg.Social (3 - 4)	941,2	941,2	1.059,5	1.059,5	12,57%

Fontes: PLOA 2008/2009, Informativo Conjunto CONORF-COFF n.01/2008. Elaboração CFEMEA

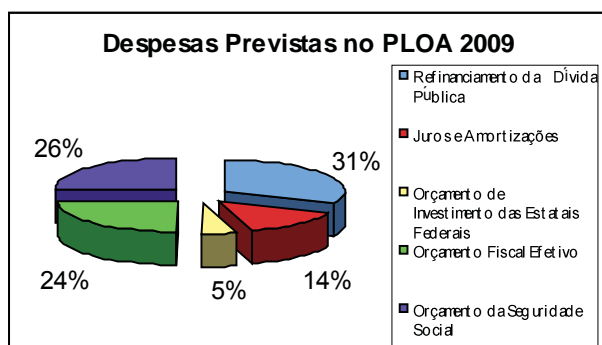
Se considerarmos, além das amortizações, os encargos e juros com a dívida, pode-se dizer que o governo compromete quase metade do Orçamento Público com os credores financeiros, conforme mostram o gráfico e a tabela a seguir⁵ :

Tabela 2 - Valores Dívida Pública no PLOA 2009 (R\$1,00)

Amortização	106.131.188.457,00
Juros e encargos	127.081.954.195,00
Sub total	233.213.142.652,00
Rolagem (contábil)	525.546.563.343,00
Item Dívida Pública	758.759.705.995,00
Total	1.664.747.856.320,00
% dos recursos do PLOA destinados à dívida pública, excluídos investimentos das Estatais (*)	47,87 %

(*) Considerando o valor dos investimentos das Estatais, esse percentual é de 45,58%

Fonte: PLOA 2009 (Diário do Senado Federal, PL 38/2008-CN, Volume I/VI). Elaboração CFEMEA



Do presente estudo constam uma breve análise do Orçamento Mulher e outra mais detalhada do Orçamento da SPM - Secretaria de Políticas para as Mulheres na proposta orçamentária da União para 2009 e sua execução (LOA 2008, inclusive emendas parlamentares) até setembro de 2008.

OS NÚMEROS DA DÍVIDA PÚBLICA

A mensagem presidencial, mostra que em junho/2008 o estoque da dívida pública federal era de R\$ 1,343 trilhões (interna = R\$1.247 trilhões e externa = R\$ 96 bilhões) e o PLOA 2009 estima R\$ 525,5 bilhões para rolagem dessa dívida e R\$ 233,2 bilhões para o pagamento de amortizações e juros.

Observa-se que, mesmo pagando-se (ou rolando) bilhões todos os anos, o estoque da dívida só aumenta. Em 2003 era de R\$ 965,8 bilhões e em 2007 já havia fechado na casa do trilhão (R\$1,333 trilhões). Onde vamos parar no final de 2008?

Tabela 3 - Resultados para Dívida Pública Federal e Plano Anual de Financiamento 2008⁸

Indicadores	2003	2004	2005	2006	2007	jun/08	PAF 2008 min	PAF2008 max
Estoque DPF (1) em Mercado (R\$ bilhões)	965,8	1013,9	1157,1	1237,0	1333,8	1343,4	1480,0	1540,0
Prazo Médio (meses)	39,0	35,3	33,3	35,5	39,2	41,3	42,0	46,0
Percentual vincendo em doze meses	30,7	39,3	36,3	32,4	28,2	25,9	24,0	27,0
Participação no estoque da DPF (em %)								
Prefixado	9,5	16,1	23,6	31,9	34,3	32,3	35,0	40,0
Índices de preços	10,3	11,9	13,1	19,9	24,2	25,9	25,0	29,0
Selic	46,5	45,7	43,9	33,4	30,7	32,0	25,0	30,0
Câmbio	32,4	24,2	17,6	12,7	9,0	7,92	7,0	9,0
TR e outros	1,4	2,1	1,8	2,0	1,9	1,9	1,0	3,0

Fonte: (STN/MF). Elaboração: ASSEC/MP.

Nota: (1) Inclui a Dívida Doméstica (R\$ 1.247,29 bilhões) e a Dívida Externa (R\$ 96,11 bilhões), posição em junho/2008, montantes de responsabilidade do Tesouro Nacional.

Porém, a dívida interna não se resume a essa tabela. Existe um outro componente da dívida interna, representado pela dívida do Banco Central (BC) com o mercado financeiro, na qual o BC paga, da mesma forma, os juros mais altos do mundo aos investidores privados, às custas do Tesouro. Tais operações se denominam "Operações de Mercado Aberto". Na nota de agosto/2008, divulgada pelo Banco Central, a parte da dívida interna sensível a qualquer alteração na taxa de juros, somava 765,54 bilhões .

A taxa média anual para taxa Selic está prevista na LDO em 10,63% mas foi corrigida no PLOA para 13,99%, em 2009 e, em 2008, reprogramada para 12,45%. Considerando a composição de agosto/2008, temos que, a cada 0,25% que o Banco Central decide aumentar na taxa Selic, a Dívida sobe R\$ 1 bilhão 913 milhões em um ano. Esse valor é maior que todos os recursos previstos para 2009 para a Função Habitação (R\$ 1 bilhão 526 milhões), para Cultura (R\$ 1 bilhão 89 milhões) e na Função Direitos da Cidadania (R\$ 1 bilhão 786 milhões).

Quando escutarmos nos noticiários que o Banco Central aumentou a taxa Selic em 0,25% etc, lembre o que isso significa: a Dívida Interna aumenta, em um ano, R\$ 1 bilhão e 913 milhões de reais.

Somente as altas das taxas de juros já ocorridas em 2008, que já somam 2,5%, geram um aumento na dívida, no período de um ano, da ordem de R\$ 19 bilhões, ou seja, mais que o triplo de todos os recursos que o governo planeja gastar em Reforma Agrária ano que vem. Pagamos, pagamos... mas a dívida só aumenta! Por esses e outros fatores é que a sociedade exige uma auditoria da dívida pública, como determina a Constituição. Com a Campanha "Auditoria Cidadã da Dívida" a sociedade está fazendo a sua parte, e quando o governo fará a sua?

A tabela 4, na próxima página, demonstra quantas vezes o que se gasta com a dívida pública (R\$236,2 bilhões) representa em relação a cada função de Estado.

Tabela 4 - PLOA 2009, Valores por Função (excluído o investimento das estatais)

Função	Valor (R\$)	Gastos com a dívida / Gastos da Função	Participação % da função nas despesas da União
Desporto e Lazer	384.646.070,00	613,98	0,02
Comunicações	765.785.194,00	308,39	0,05
Energia	927.183.998,00	254,71	0,06
Cultura	1.089.029.938,00	216,86	0,07
Habitação	1.526.230.918,00	154,74	0,10
Direitos da Cidadania	1.786.715.144,00	132,18	0,11
Relações Exteriores	1.893.466.639,00	124,73	0,12
Saneamento	2.658.371.000,00	88,84	0,17
Comércio e Serviços	2.968.813.231,00	79,55	0,19
Indústria	3.051.913.344,00	77,38	0,19
Gestão Ambiental	4.365.154.795,00	54,10	0,28
Urbanismo	4.487.986.371,00	52,62	0,28
Essencial à Justiça	5.022.222.435,00	47,02	0,32
Organização Agrária	5.580.586.197,00	42,32	0,35
Legislativa	5.810.394.571,00	40,65	0,37
Ciência e Tecnologia	6.187.155.800,00	38,17	0,39
Segurança Pública	6.490.909.320,00	36,38	0,41
Transporte	14.673.938.663,00	16,09	0,93
Agricultura	15.494.446.377,00	15,24	0,98
Judiciária	20.728.967.146,00	11,39	1,31
Administração	23.154.174.056,00	10,20	1,46
Defesa Nacional	26.289.134.809,00	8,98	1,66
Trabalho	26.799.717.651,00	8,81	1,69
Assistência Social	33.107.647.574,00	7,13	2,09
Educação	37.632.963.962,00	6,28	2,37
Saúde	54.662.132.761,00	4,32	3,45
Previdência Social	293.198.237.754,00	0,81	18,50
Encargos Especiais	956.882.752.474,00	0,25	-----
Juros e Amortizações da Dívida	236.164.157.981,00	1,00	14,90
Refinanciamento (Rolagem) da Dívida (1)	522.595.548.014,00	0,45	32,97
Transferências a Estados e Municípios	148.285.450.598,00	1,59	9,36
Outros Encargos Especiais	49.837.595.881,00	4,74	3,14
Reserva de Contingência	27.425.284.539,00	8,61	1,73
TOTAL (2)	1.585.045.962.731,00	0,15	100,00

Fonte: PLOA 2009, Quadro 8-A do Volume I/VI, Diário do Senado

(1) Significa o pagamento de amortizações com a emissão de mais títulos

(2) Excluindo R\$ 79.701.893.589,00 relativos ao Orçamento de Investimentos (Art. 7º.)

Apenas a função Previdência Social tem verba prevista superior (em 24,15%) aos valores fixados para a dívida. Observa-se que a participação relativa da previdência é de 18,50% sobre a totalidade dos gastos, enquanto que os serviços da dívida representam 14,90%, contra 3,45% para Saúde e 2,37% para Educação. Representam ainda:

- 614 vezes o gasto na função Desporto e Lazer
- 308 vezes o gasto na função Comunicações
- 255 vezes o gasto na função Energia
- 217 vezes o gasto na função Cultura
- 155 vezes o gasto na função Habitação
- 132 vezes o gasto na função Direitos da Cidadania
- 125 vezes o gasto na função Relações Exteriores

Pela proposta do Executivo, em 2009, o país pagará aos rentistas e credores, seis vezes mais do que pretende gastar com a Educação e quatro vezes mais do que os recursos previstos para área da Saúde.

SUPERÁVIT PRIMÁRIO

As mulheres são as pessoas que mais sofrem com a opção do governo por superávits primários cada vez maiores. Alto superávit primário significa aumentar o contingenciamento nas despesas governamentais e comprometer o desenvolvimento de programas e políticas sociais⁹. A ausência do Estado, onera e sobrecarrega muito mais as mulheres do que os homens, especialmente as mulheres negras, as mulheres que vivem na zona rural e as mulheres pobres da periferia das cidades. Como elas e suas famílias não podem pagar os preços de mercado dos "serviços" de educação, saúde, previdência e assistência social, não lhes resta outra opção senão assumir no âmbito doméstico os deveres que correspondem ao Poder Público. E, como se sabe, na esfera da família as tarefas de cuidado recaem muito mais sobre as mulheres.

Considerando todas as funções do Estado, nas previsões do PLOA 2009, apenas os recursos definidos para o pagamento da Dívida Pública e para a Previdência Social são maiores do que os destinados ao superávit primário, estimado em R\$121,1 bilhões.

A LDO¹⁰ fixou a meta, consolidada para todo o setor público, para o superávit primário de 2009, em 3,80% do Produto Interno Bruto (estimado no PLOA 2009 em R\$ 3. 186. 645,0 milhões)¹¹, sendo 2,20% para o Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e 0,65% para Empresas Estatais e 0,95% para Estados e Municípios.



Em julho, o Governo propôs o Fundo Soberano¹², atualmente em discussão no Congresso Nacional (Mensagem 466 de 2/7/2008). Pela proposta do Executivo, não há clara destinação do uso dos recursos desse fundo, podendo os mesmos serem utilizados apenas para pagar a dívida. Com o aumento dos juros cresce a dívida e, conseqüentemente, a relação dívida/PIB. E para afiançar os credores que eles não correm risco, o governo aumenta ainda mais o superávit primário e fica inventando fundos, que de "Soberanos" nada têm.

A opção de política econômica adotada privilegia cada vez mais o capital. Ao confundir responsabilidade fiscal com superávits primários cada vez maiores, cria um falso dilema entre responsabilidade fiscal e responsabilidade social. Não se implementam políticas sociais apenas com conversas e boas intenções. Os mesmos recursos financeiros que pagam rentistas e banqueiros (e os que não são arrecadados devido a isenções fiscais ao agro-negócio), são os que faltam para os hospitais, escolas e a segurança pública.

No confronto de interesses entre os diferentes segmentos da população, sempre os mais ricos tem levado vantagem quanto a aplicação dos recursos públicos. Pode-se ter responsabilidade social com responsabilidade fiscal, pois igualmente existe uma dívida social a ser paga. Defendemos, pois, essa opção política para a gestão dos recursos públicos em nosso país¹³.

Não pretendemos aqui analisar as conseqüências da recente crise nas bolsas americanas, mas apenas lembrar que a mesma é a comprovação de que o "Estado Capitalista" não pode deixar tudo por conta do "Mercado", como defendido nessa fase neoliberal. Nos Estados Unidos, na Europa¹⁴ e aqui, quem sempre paga a conta é a cidadania. É aquela velha máxima: privatiza-se os lucros e socializa-se os prejuízos. O governo tem dito que os programas sociais não serão atingidos nos cortes e ajustes a serem feitos no Orçamento para 2009, decorrentes da crise mundial. Mas atualmente o governo já sacrifica as políticas sociais ao adotar uma política fiscal de altos superávits primários, privilegiando o pagamento aos rentistas e adotando contingenciamentos sucessivos ao longo do ano.

SUPERAVIT PRIMÁRIO E CONTINGENCIAMENTO PREJUDICAM A EXECUÇÃO EM 2008

Comparando valores de 2008 e os propostos no PLOA 2009, tem-se os seguintes dados em relação ao PIB:

Tabela 5 - DESPESAS POR FUNÇÃO OU AGREGADOS DE FUNÇÕES
 Proposta Orçamentária para 2008 x Proposta Orçamentária para 2009 (*) (R\$ bilhões)

Agregado de Funções/Funções	2008	% PIB	2009	% PIB	Participação % Funções
1.Desenvolvimento Social	399.058,3	14,54	469.405,00	14,73	78,14
Saúde	47.745,8	1,74	54.662,1	1,72	9,10
Educação	29.964,4	1,09	37.633,0	1,18	6,26
Assistência Social	28.516,2	1,04	33.107,6	1,04	5,51
Trabalho(inclusive FAT)	21.711,9	0,79	26.799,7	0,84	4,46
Organização Agrária	5.247,7	0,19	5.580,6	0,18	0,93
Saneamento	1.661,3	0,06	2.658,4	0,08	0,44
Habitação	1.278,7	0,05	1.526,2	0,05	0,25
Urbanismo	2.372,0	0,09	4.488,0	0,14	0,75
Segurança Pública	5.541,4	0,20	6.490,9	0,20	1,08
Previdência Social	252.193,2	9,19	293.198,2	9,20	48,81
Direitos da Cidadania	1.585,1	0,06	1.786,7	0,06	0,30
Cultura	956,4	0,03	1.089,0	0,03	0,18
Desporto e Lazer	284,2	0,01	384,6	0,01	0,06
2.Setor Produtivo	20.142,7	0,73	21.515,10	0,68	3,58
Agricultura	14.955,2	0,54	15.494,4	0,49	2,58
Indústria	2.276,6	0,08	3.051,9	0,10	0,51
Comércio e Serviços	2.910,9	0,11	2.968,8	0,09	0,49
3.Infra-Estrutura	13.940,4	0,51	16.366,90	0,51	2,72
Transportes	12.528,4	0,46	14.673,9	0,46	2,44
Energia	699,8	0,03	927,2	0,03	0,15
Comunicações	712,2	0,03	765,8	0,02	0,13
4.Ciência e Tecnologia	4.946,8	0,18	6.187,2	0,19	1,03
5.Gestão Ambiental	3.917,8	0,14	4.365,2	0,14	0,73
6.Defesa Nacional	21.514,7	0,78	26.289,1	0,82	4,38
7.Relações Exteriores	1.819,2	0,07	1.893,5	0,06	0,32
8.Administração e Gestão Públicas	21.536,0	0,78	23.154,2	0,73	3,85
Subtotal	485.092,7	17,67	569.176,2	17,86	94,75
9.Legislativa	5.583,4	0,20	5.810,4	0,18	0,97
10.Judiciária	19.669,1	0,72	20.729,0	0,65	3,45
11.Essencial à Justiça	4.319,5	0,16	5.022,2	0,16	0,84
Total	514.664,7	18,75	600.737,8	18,85	100,00

Fontes: INFORMATIVO CONJUNTO CONORF - COFF N° 01/2008 e PLOA 2008/2009

(*) Excluídas funções de encargos especiais e reserva de contingência. PLOA quadro 8A, pag 193 do Volume I /VI, Diário do Senado Federal. PIB 2008: R\$ 2.745.165,7 milhões; PIB 2009: R\$ 3.186.645,0 milhões



A proposta de 2009 repete a mesma estrutura do orçamento de 2008 e as Funções, em relação ao PIB, não apresentam variações significativas, observando-se pequenos aumentos apenas para as áreas de Educação, Trabalho e Defesa Nacional. O Executivo é responsável pela execução de 94,75% do Orçamento e as funções Legislativa e Judiciária representam 0,97% e 3,45% respectivamente. Desconsiderando os recursos que vão para encargos especiais com a dívida, as funções de Previdência Social, Saúde, Educação, Assistência Social e Trabalho, que detêm a maioria das despesas obrigatórias, representam 74,14% do orçamento.

O presente documento pretende analisar a execução da LOA 2008 apenas quanto aos recursos alocados na SPM - Secretaria de Políticas para as Mulheres e nos relativos a alguns programas do Orçamento Mulher. Os exemplos citados a seguir servem apenas para ilustrar a importância de se ter um orçamento impositivo e não apenas autorizativo, bem como a importância do acompanhamento e do monitoramento, ao longo de todo o ano, das ações do governo¹⁵.

Considerando os valores Autorizados, pouco mais da metade (57.56%) do Orçamento da União de 2008 foi executado (valores empenhados e liquidados) e pago (56,96%), até 26 setembro. Apenas as Funções com despesas obrigatórias e garantidas por normas constitucionais, estão com execução acima de 65%.

Comparando os valores autorizados em 2008 com os constantes no PLOA 2009, têm-se os maiores aumentos nas funções de Educação, Trabalho, Energia e Saneamento. Entretanto, essas áreas para as quais o governo propõe mais recursos em 2009, faltando apenas três meses para acabar o ano, mostram uma baixa execução em 2008, ou seja, Educação - 52%, Energia - 36% e Saneamento - 16%.

Nem a menina dos olhos do governo, o PAC, escapa dessa baixa execução. O último relatório disponível sobre o PAC (4º Balanço) traz a seguinte execução orçamentária:

Recursos PAC	R\$ bilhões
Dotação 2008	15,77
Empenhado em 2008	4,39
Pagos 2008	0,16
Pgto Restos a pagar (inscritos 2008)	2,98

O Congresso Nacional investe muito na discussão e no aperfeiçoamento da proposta do Executivo (PLOA). Igual esforço poderia ser dedicado ao monitoramento da execução orçamentária. Empenho neste sentido, somaria esforços com as iniciativas de controle social a partir da sociedade civil organizada, viabilizando a fiscalização dos gastos públicos, afinal o Orçamento é uma peça fundamental para dar consequência a legislações e políticas aprovadas pelo próprio Congresso Nacional.

É necessário, ampliar a participação efetiva da sociedade, tanto nos debates sobre a arrecadação dos recursos públicos – Reforma Tributária, em particular – como nas discussões sobre as Diretrizes e o Orçamento Anual, nas suas fases de elaboração, acompanhamento e avaliação do gasto público.

A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO MULHER ATÉ SETEMBRO DE 2008 E O PLOA 2009

Novamente faz-se necessário lembrar a falta de condições para apropriar, com mais critério e qualidade, o gasto governamental, a partir dos segmentos da população a serem atendidos. Como não são disponibilizados (nas peças orçamentárias) dados e avaliações que considerem as variáveis sexo e raça, podemos chegar a conclusões erradas, examinando apenas os números do Orçamento Mulher. Nunca se pode dizer, por exemplo, que o governo pretende investir R\$ 86,6 bilhões para promover a cidadania das mulheres e a igualdade racial e muito menos se pode dizer que vai investir R\$ 43,5 bilhões na saúde da população feminina, mesmo sendo esses os valores explicitados no Orçamento Mulher, para 2009.

O Orçamento Mulher é uma seleção de 86 programas que segue a metodologia e critérios elaborados pelo CFEMEA em parceria com outras organizações. Apesar das dificuldades apontadas, tal seleção permite o monitoramento mais sistemático de programas governamentais que afetam, de maneira diversa, a vida das mulheres e impactam as relações de gênero e raça. A seleção atual é agrupados em nove áreas temáticas.

No PLOA 2009, o governo propõe um aumento de 16,45% nos recursos do conjunto de programas e ações que integram o Orçamento Mulher. Entretanto, 36 programas tiveram suas verbas reduzidas e em apenas 50 programas, as dotações foram aumentadas no PLOA 2009, considerando os valores de 2008, sem correção monetária.

A distribuição relativa dos recursos entre os diferentes temas permanece praticamente a mesma observada no corrente ano, como demonstra a tabela a seguir:

Tabela 6 - Orçamento Mulher no PLOA 2009 e na LOA 2008, por tema (R\$1,00)

Tema	PLOA 2009	% 2009	LOA 2008(*)	% 2008	Aumento % de 2008 p/ 2009 **
Direitos Humanos e Cidadania	3.491.874.623	4,02	3.750.121.675	5,03	-6,89%
Educação e Cultura	3.873.268.263	4,46	2.774.953.033	3,72	39,58%
Gestão	5.006.931.164	5,77	1.057.848.067	1,42	373,31%
Habitação e Desenvolvimento Urbano	8.190.544.798	9,43	5.736.013.109	7,69	42,79%
Identidade Étnico-Racial	830.915.698	0,96	714.790.829	0,96	16,25%
Previdência	993.428.104	1,14	866.437.656	1,16	14,66%
Proteção Social	13.519.171.074	15,57	12.387.269.989	16,61	9,14%
Saúde	43.521.781.385	50,12	39.635.474.157	53,15	9,81%
Trabalho e Renda	7.406.896.582	8,53	7.643.481.196	10,25	-3,10%
TOTAL	86.834.811.691	100,00	74.566.389.711	100,00	16,45%

Fonte: www.senado.gov.br/siga. Elaboração CFEMEA.

(*) Valores autorizados até 30/setembro de 2008

(**) Valores correntes (sem correção da inflação no período)

O anexo 1 desse estudo traz o quadro completo dos valores previstos e a execução do Orçamento Mulher. Brevemente, comparando-se os valores¹⁶ da LOA 2008 + créditos até o dia 30/9/2008 com os valores do PLOA 2009, observa-se:

- A redução nos recursos da área de Direitos Humanos deve-se especialmente a diminuição do montante destinado a dois programas: o 1127 - Sistema Único de Segurança Pública e o 1401 - Reparação de Violações e Defesa dos Direitos Humanos.
- Metade dos 21 programas que integram o tema Trabalho e Renda, têm proposta de valor menor para 2009. As maiores reduções estão nos programas 0101 - Qualificação Social e Profissional, 0137 - Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária e 1008 - Inclusão Digital. A redução no programa 0351 - Agricultura Familiar - PRONAF de R\$180 milhões, em parte foi compensada pelo aumento de R\$149 milhões no programa 1427 - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar.
- O maior aumento é observado nos programas classificados no tema Gestão devido a ação 00C5 - Reestruturação de Cargos, Carreiras, Revisão de Remunerações e Proventos da Educação do Programa 1067 - Gestão da Política de Educação
- Igualmente os aumentos no tema Educação e Cultura, deve-se aos programas 1448 - Qualidade na Escola e 8034 - Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem
- O aumento previsto para os programas do Orçamento Mulher classificados no tema Habitação deve-se ao aumento proposto de R\$ 1 bilhão e meio para o programa 1128 - Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários que, até setembro, empenhou 78% e pagou 22% dos recursos previstos para o corrente ano.

A Tabela 7 demonstra que mesmo as ações integrantes do Anexo de Metas e Prioridades da LDO 2009, não foram priorizadas no PLOA 2009. Em alguns casos, a proposta do Executivo revela a redução de recursos e até mesmo a exclusão de ações ditas prioritárias. Esse foi o caso da Atenção à Saúde da População Negra; e da Implantação de Serviços de Atenção à Saúde da Mulher Vítima de Violência, ambas incluídas na LDO por sugestão do CFEMEA e iniciativa de vários parlamentares e Comissões Técnicas Permanentes.

Observa-se ainda que diferentes ações, consideradas prioritárias na LDO 2009¹⁷, atualmente apresentam baixa execução, certamente porque não são despesas obrigatórias.

Tabela 7 - Ações Selecionadas do Anexo 1 Prioridades e Metas, LDO 2009 (R\$1,00)

Ação	Programa	Ploa 2009	Autorizado 2008	Empenhado 2008	%Emp/Aut
2a56 - Apoio a Serviços de Prevenção e Combate à Homofobia	0154 - Garantia e Acesso a Direitos	500.000	2.080.000	179.500	8,36%
8837 - Incorporação dos Direitos Sexuais e Reprodutivos nas Políticas de Saúde	3.873.268.263	4,46	2.774.953.033	3,72	39,58%
2b64 - Atenção à Saúde da População Negra	1312 - Promoção da Capacidade Resolutiva e da Humanização na Atenção à Saúde	0	0	0	0
7i26 - Implantação de Serviços de Atenção à Saúde da Mulher Vítima de Violência		0	0	0	0

Fontes: LDO 2009, Anexo 1 e Mensagem 112/2008-CN Relatório de Avaliação do PPA 2004-2007, Volume II/II, Tomo I/II, página 783

A ação 2B64 – Atenção à Saúde da População Negra do programa 1312 - Promoção da Capacidade Resolutiva e da Humanização na Atenção à Saúde não consta da LOA 2008 e nem no PLOA 2009, apesar da mesma ter realizado quase a totalidade de seus recursos nos anos de 2006 e 2007¹⁸, ou seja: R\$1.784.000,00 (89,84%, em 2006) e R\$1.975.100,00 (95,72%, em 2007). A não previsão de recursos para esta ação no PLOA 2009 é ilegal. Afinal a LDO 2009 definiu a Atenção à Saúde da População Negra como ação prioritária, e estabeleceu como meta o atendimento de 48.360.000 pessoas. Várias organizações do movimento negro mobilizaram-se para reivindicar a alocação de recursos para o desenvolvimento dessa ação. Para o Orçamento de 2008, muitas sugestões de emendas neste sentido foram apresentadas nas audiências públicas regionais, assim como por iniciativa da Bancada Feminina e parlamentares da Frente Parlamentar pela Igualdade Racial, mas essas demandas não foram incorporadas à lei. A Comissão Intersetorial de Saúde da População Negra reagiu, mas até agora nada foi feito pelo Ministério da Saúde para corrigir o problema.

Também, para a ação 7126 – Implantação de Serviços Especializados para o Atendimento à Mulheres Vítimas de Violência, que integra esse mesmo programa, a LDO prevê meta de 100 unidades instaladas. O difícil é alcançar essas metas com zero reais no orçamento (Veja Tabela 7). A prioridade conferida a instalação desses serviços está diretamente relacionada à implantação dos mecanismos previstos na Lei Maria da Penha, para o apoio e proteção às mulheres vítimas de violência.

No Orçamento Mulher, apenas cinco programas (dentre os 86 que o integram atualmente) representam 59,53% dos recursos autorizados para 2008 e, 54,89 dos previstos no PLOA. Nenhum desses programas são especificamente voltados para o combate às desigualdades. Entretanto, nessas ações governamentais, as mulheres são beneficiadas e, mesmo sem os elementos para apropriar corretamente o gasto, incluímos esses valores no Orçamento Mulher, pois a população feminina e negra estão entre as pessoas atendidas em hospitais e farmácias públicas e têm acesso ao crédito rural, por exemplo.

Tabela 8 - Programas selecionados e sua participação no total dos recursos do Orçamento Mulher

Tema	PLOA 2009	% 2009	LOA 2008(*)	% 2008	Aumento % de 2008 p/ 2009 **
Direitos Humanos e Cidadania	3.491.874.623	4,02	3.750.121.675	5,03	-6,89%
Educação e Cultura	3.873.268.263	4,46	2.774.953.033	3,72	39,58%
Gestão	5.006.931.164	5,77	1.057.848.067	1,42	373,31%
Habitação e Desenvolvimento Urbano	8.190.544.798	9,43	5.736.013.109	7,69	42,79%
Identidade Étnico-Racial	830.915.698	0,96	714.790.829	0,96	16,25%
Previdência	993.428.104	1,14	866.437.656	1,16	14,66%
Proteção Social	13.519.171.074	15,57	12.387.269.989	16,61	9,14%
Saúde	43.521.781.385	50,12	39.635.474.157	53,15	9,81%
Trabalho e Renda	7.406.896.582	8,53	7.643.481.196	10,25	-3,10%
TOTAL	86.834.811.691	100,00	74.566.389.711	100,00	16,45%

Fonte: www.senado.gov.br/siga/orçamentotematico/orçamentomulher. Elaboração CFEMEA.

Até setembro, apenas os programas protegidos do contingenciamento ou cuja execução é norma constitucional tiveram execução acima de 70%, como é o caso dos programas nas áreas de previdência, saúde e de proteção social.

No conjunto dos 86 programas do Orçamento Mulher, foram pagos 51,73% dos recursos alocados, sendo que apenas 14 desses programas pagaram mais que 50% de suas dotações previstas e 32 programas empenharam mais que metade de seus recursos (vide anexo 1).

Tabela 9 – Execução da LOA 2008* dos Programas do Orçamento Mulher, agrupados por tema

Tema	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado (Subelemento)	Pago	Emp/ Aut	Pago/ Aut	Emp / OM %	Pago/ OM %
Direitos Humanos e Cidadania	3.649.935.857	3.750.121.675	1.588.354.531	1.170.242.111	1.153.914.137	42,35%	30,77%	5,03	2,99
Educação e Cultura	2.802.999.741	2.774.953.033	1.364.605.836	755.826.793	733.644.587	49,18%	26,44%	3,72	1,90
Gestão	1.025.779.588	1.057.848.067	511.161.030	345.374.869	344.242.840	48,32%	32,54%	1,42	0,89
Habitação e Des. Urbano	5.816.079.518	5.736.013.109	3.479.726.153	697.665.283	693.718.083	60,66%	12,09%	7,69	1,80
Identidade Étnico-Racial	679.086.009	714.790.829	382.347.528	323.108.608	313.900.062	53,49%	43,91%	0,96	0,81
Previdência	866.437.656	866.437.656	859.891.649	524.937.624	524.900.129	99,24%	60,58%	1,16	1,36
Proteção Social	12.346.362.021	12.387.269.989	11.701.255.163	8.805.736.998	8.802.811.222	94,46%	71,06%	16,61	22,82
Saúde	39.619.752.531	39.635.474.157	29.790.674.728	24.695.589.520	24.597.602.230	75,16%	62,06%	53,15	63,77
Trabalho e Renda	7.571.904.102	7.643.481.196	3.250.290.131	1.414.925.553	1.410.516.001	42,52%	18,45%	10,25	3,66
TOTAL	74.378.337.023	74.566.389.711	52.928.306.748	38.733.407.360	38.575.249.289	70,98%	51,73%	100,00	100,00

(*) valores correspondentes à execução até setembro de 2008

Tabela 10 – Programas estratégicos para a promoção da igualdade para as mulheres (Grupo 1 do Orçamento Mulher)

Programa (Cod/Desc)	PLOA 2009	% PLOA 09 / LOA2008	Autorizado	Empenhado	Liquidado (Subelemento)	Pago	Empenhado/Autorizado	Pago/Autorizado
1377 - EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE E CIDADANIA	155.032.158	90,93	81.198.432	7.630.111	4.496.646	4.428.609	9,40%	5,45%
1201 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE	24.750.000	34,96	18.339.070	18.330.447	16.445.201	16.445.201	99,95%	89,67%
1312 - ATENÇÃO À SAÚDE DE POPULAÇÕES ESTRATÉGICAS E EM SITUAÇÕES ESPECIAIS DE AGRAVOS	65.507.000	15,41	56.761.484	21.066.243	9.841.171	9.841.171	37,11%	17,34%
0083 - PREVIDÊNCIA SOCIAL BÁSICA	988.446.854	121,52	446.217.251	859.063.052	524.709.569	524.683.316	99,53%	60,79%
0699 - ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA	92.075.653	5,58	87.208.224	61.099.735	53.322.953	53.322.773	70,06%	61,14%
1453 - NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA - PRONASCI	1.406.000.000	0,65	1.396.970.963	580.971.893	278.004.257	261.990.528	41,59%	18,75%
0156 - COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA ÀS MULHERES	28.844.000	0,04	28.833.500	14.160.216	9.922.818	9.628.384	49,11%	33,39%
1068 - GESTÃO DA POLÍTICA DE GÊNERO	5.860.000	(3,93)	6.100.000	1.228.315	675.298	675.298	20,14%	11,07%
1433 - CIDADANIA E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DAS MULHERES	38.737.344	(4,82)	40.700.000	7.602.547	5.130.539	5.130.539	18,68%	12,61%
1355 - IDENTIDADE E DIVERSIDADE CULTURAL - BRASIL PLURAL	7.800.000	(14,85)	9.160.000	2.825.308	1.945.758	1.848.728	30,84%	20,18%
1384 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	490.252.594	(15,97)	583.411.787	405.867.494	402.216.499	402.197.449	69,57%	68,94%
0101 - QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL	271.930.558	(39,06)	446.217.251	33.480.719	16.353.879	16.350.951	7,50%	3,66%
0471 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	40.408.915	(83,71)	248.091.671	56.188.345	27.087.102	22.783.537	22,65%	9,18%
TOTAL	3.615.645.076	4,83	3.449.209.633	2.069.514.425	1.350.151.691	1.329.326.484	60,00%	38,54%
% GRUPO 1 / ORÇ. MULHER	4,16		4,63					
TOTAL orçamento mulher	86.834.811.691	16,45	74.566.389.711	52.928.306.748	38.733.407.360	38.575.249.289	70,98%	51,73%

REDUÇÃO DE RECURSOS ATINGE PROGRAMAS ESTRATÉGICOS PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE PARA AS MULHERES

Visando melhor qualificar o gasto governamental em relação aos direitos das mulheres, o CFEMEA agrupou 13 dos 86 programas que integram o Orçamento Mulher no que denominamos Grupo 1: São os Programas que evidenciam a orientação estratégica para a promoção dos direitos das mulheres, explicitada nos seus objetivos, indicadores, meta, público-alvo ou produto".

Tais programas representam 1,02% dos recursos fixados para 2009 (**R\$86.834.811.691,00**) e 1,83% dos valores autorizados até setembro 2008 (**R\$74.566.389.711,00**). Ademais, chama a atenção o fato de o nível de execução orçamentária desse conjunto de programas estar abaixo do verificado nos outros programas que integram o Orçamento Mulher, como se pode verificar na Tabela 10, a seguir.

Tabela 11 – Programa 0101 – Qualificação Social e Profissional Proposta do PLOA 2009 e execução da LOA 2008

Ação (Cod/Desc)	PLOA	% PLOA /2008	Autorizado	Empenhado	Empenhado/Autorizado	Pago	Pago/Autorizado
2272 - GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA	8.117.717	(57,28)	19.000.000	907.847	4,78%	763.549	4,02%
4641 - PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA	240.000	28,34	187.000	5.000	2,67%	0	0,00%
4725 - QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL DE TRABALHADORES PARA O ACESSO E MANUTENÇÃO AO EMPREGO, TRABALHO E RENDA EM BASE SETORIAL (PLANSEQS)	206.472.841	(42,17)	357.041.917	0	0,00%	0	0,00%
4728 - QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL DO SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA E ECONOMIA SOLIDÁRIA EM BASE TERRITORIAL (PLANTEQS)	50.000.000	(14,80)	58.688.334	32.073.000	54,65%	15.338.400	26,14%
4733 - QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS E OUTRAS POPULAÇÕES EM SITUAÇÃO DE ALTA VULNERABILIDADE	3.000.000	(42,31)	5.200.000	0	0,00%	0	0,00%
4786 - CAPACITAÇÃO E MONITORAMENTO DA JUVENTUDE RURAL (PRO-JETO AMANHÃ)	1.100.000	0,00	1.100.000	494.871	44,99%	249.002	22,64%
6405 - IDENTIFICAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE METODOLOGIAS E TECNOLOGIAS SOCIAIS DE QUALIFICAÇÃO	2.000.000	(50,00)	4.000.000	0	0,00%	0	0,00%
6638 - CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE TRABALHADORES	1.000.000	0,00	1.000.000	0	0,00%	0	0,00%
TOTAL	271.930.558	(39,06)	446.217.251	33.480.719	7,50%	16.350.951	3,66%

Enquanto o Orçamento Mulher tem proposto um aumento de 16,45% em seus recursos, para esse grupo de programas estratégicos para as mulheres, observa-se um aumento de apenas 4,83%. Os maiores aumentos estão previstos para o programa 1377 - Educação para a Diversidade e Cidadania (que empenhou apenas 9,4% e pagou 4,5% dos recursos de 2008) e nos programas de execução e reajustes obrigatórios da área de saúde e previdência social.

O Programa que teve maior redução foi o 0471 - Ciência, Tecnologia e Inovação Para Inclusão e Desenvolvimento Social, devido principalmente a diminuição de R\$106.861.570,00 em sua ação 8960 - Apoio à Implantação e Modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos. O que mais preocupa, entretanto, é a baixíssima execução das dotações e a redução da verba das ações do programa 0101 - Qualificação Social e Profissional que não gastou nada, até 30/9/2008, para qualificar as trabalhadoras domésticas (Ação 4733, que tem R\$ 5,2 milhões previstos e zero reais de execução), sendo essa uma das poucas iniciativas do governo voltada especificamente para esse segmento. Mais uma vez, a categoria é discriminada.

Tabela 12- Tema Identidade Étnico-racial, Proposta do PLOA 2009 e execução da LOA 2008 (R\$ 1,00)

Programa (Cod/Desc)	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado (Subelemento)	Pago	Empenhado/ Autorizado	Pago/ Autorizado
0150 - IDENTIDADE ÉTNICA E PATRIMÔNIO CULTURAL DOS POVOS INDÍGENAS	530.460.365	544.738.760	364.685.065	309.216.142	300.114.934	66,95%	55,09%
0172 - CULTURA AFRO-BRASILEIRA	33.058.805	33.940.376	5.063.652	4.127.509	4.127.287	14,92%	12,16%
1145 - COMUNIDADES TRADICIONAIS	25.838.464	58.838.464	5.896.378	4.972.122	4.966.389	10,02%	8,44%
1336 - BRASIL QUILOMBOLA	71.660.952	58.455.806	3.144.075	2.128.992	2.027.609	5,38%	3,47%
1432 - PROMOÇÃO DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA A IGUALDADE RACIAL	18.067.423	18.817.423	3.558.358	2.663.843	2.663.843	18,91%	14,16%
TOTAL	679.086.009	714.790.829	382.347.528	323.108.608	313.900.062	53,49%	43,91%

Outro conjunto de programas do Orçamento Mulher que apresenta baixa execução são os agrupados no tema Identidade Étnico-Racial. Com excessão do programa 0150 - Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas, todos os demais quatro programas selecionados no tema Identidade Étnico-Racial, tiveram empenhados menos de 20% dos recursos autorizados para o corrente ano, bem como suas verbas diminuídas na proposta de 2009 em 16,25%.

No conjunto de todos os programas do Orçamento Mulher, os que tiveram as maiores reduções percentuais são dessa área de identidade étnico-racial. Os Programas com maiores redução de verba, de 2009 em relação ao autorizado para 2008, foram 1145 - Comunidades Tradicionais (de R\$ 58,8 milhões para R\$ 12,3 milhões) e o programa 1432 - Promoção de Políticas Afirmativas para a Igualdade Racial que teve sua verba reduzida em 62,67% na proposta para 2009, conforme mostra a tabela abaixo.

Tabela 13- Tema Identidade Etnico-Racial, Proposta do PLOA 2009 e execução da LOA 2008 (R\$1,00)

Programa (Cod/Desc)	Dotação Inicial	Autorizado	PLOA 2009	Varição
0150 - IDENTIDADE ÉTNICA E PATRIMÔNIO CULTURAL DOS POVOS INDÍGENAS	530.460.365	544.738.760	741.149.490	36,06%
0172 - CULTURA AFRO-BRASILEIRA	33.058.805	33.940.376	16.602.362	-51,08%
1145 - COMUNIDADES TRADICIONAIS	25.838.464	58.838.464	12.348.000	-79,01%
1336 - BRASIL QUILOMBOLA	71.660.952	58.455.806	53.791.846	-7,98%
1432 - PROMOÇÃO DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA A IGUALDADE RACIAL	18.067.423	18.817.423	7.024.000	-62,67%
TOTAL	679.086.009	714.790.829	830.915.698	16,25%

Os Programas constantes da Tabela 14, tiveram suas verbas muito reduzidas em relação aos valores autorizados em 2008. Todos eles, até setembro, empenharam menos de 20% de seus recursos.

Tabela 14- Programas do Orçamento Mulher que tiveram maior redução em 2009

Programa (Cod/Desc)	PLOA 2009	Autorizado em 2008	Redução em R\$	Red Em %	Empenhado ate set 08	% emp / Aut
0471 - Ciência, Tecnologia e Inovação para Inclusão e Desenvolvimento Social	40.408.915	248.091.671	(207.682.756)	-83,71	56.188.345	22,65%
1145 - Comunidades Tradicionais	12.348.000	58.838.464	(46.490.464)	-79,01	5.896.378	10,02%
1016 - Artesanato Brasileiro	1.421.673	4.842.001	(3.420.328)	-70,64	444.471	9,18%
1432 - Promoção de Políticas Afirmativas para a Igualdade Racial	7.024.000	18.817.423	(11.793.423)	-62,67	3.558.358	18,91%
0172 - Cultura Afro-Brasileira	16.602.362	33.940.376	(17.338.014)	-51,08	5.063.652	14,92%
0154 - Garantia e Acesso a Direitos	10.054.396	20.267.000	(10.212.604)	-50,39	3.854.901	19,02%

Considerando o conjunto total dos 86, os Programas que têm proposta do Executivo para duplicarem suas verbas, também estão com execução acima de 50%. As duas exceções são os programas 0273 - Luz para Todos/Energia Cidadã e o programa 1377 - Educação para a Diversidade e Cidadania. O quadro relativo aos maiores incrementos nas verbas para 2009 é o seguinte:

Tabela 15- Tema Identidade Etnico-Racial, Proposta do PLOA 2009 e execução da LOA 2008 (R\$1,00)

Programa (Cod/Desc)	Ploa 2009	Autorizado 2008	Aumento R\$	Aut %%	Empenhado	Pago	Emp/ Aut	Pago/Aut
1067 - Gestão da Política de Educação	3.687.145.675	93.633.499	3.593.512.176	3.837,85 %	67.580.606	40.838.225	72,18%	43,61%
0273 - Luz para Todos	727.239.180	38.067.936	689.171.244	1.810,37 %	2.152.993	132.645	5,66%	0,35%
1138 - Drenagem Urbana e Controle de Erosão Marítima e Fluvial	154.324.119	54.926.210	99.397.909	180,97 %	41.520.502	753.516	75,59%	1,37%
0087 - Gestão da Política de Previdência Social	146.552.235	61.706.674	84.845.561	137,50 %	32.899.767	24.105.242	53,32%	39,06%
1448 - Qualidade Na Escola	1.421.216.481	720.114.197	701.102.284	97,36 %	567.799.060	218.797.421	78,85%	30,38%
1377 - Educação para a Diversidade e Cidadania	155.032.158	81.198.432	73.833.726	90,93 %	7.630.111	4.428.609	9,40%	5,45%

Fonte: www.senado.gov.br/siga



Vale destacar que 87% (R\$3.218.258.028) dos recursos do programa 1068 – Gestão da política de educação, são para a ação 00C5 – Reestruturação de Cargos, Carreiras, Revisão de Remunerações e Provimentos da Educação.

Na área de Saúde, a ação 8585 – Atenção À Saúde Da População Para Procedimentos Em Média e Alta Complexidade (R\$ 23,06 bilhões) fica com 88% dos recursos do programa 1220 – Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada.

Como já citado anteriormente, muitos programas com proposta de aumento de dotação, estão com baixa execução em 2008, como é o caso do programa 1377 – Educação para a Diversidade e Cidadania, com aumento de verba proposto de 91% e execução, até setembro, de 9,4% empenhados e 5,4% de seus recursos pagos. O programa 0273 – Luz para Todos – que agora se chama Energia Cidadã, tem uma proposta bem ambiciosa: passar dos atuais R\$ 38 milhões para R\$ 727 milhões, em 2009. Por mais elogiável que seja a proposta, fica difícil acreditar na execução dessas metas. Em 2008, a ação 11XQ – Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica – Luz Para Todos (Amazonas) não empenhou um único centavo dos R\$ 12.554.936,00 disponíveis, mas mesmo assim, a ação 11XU – Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica – Luz para Todos (AM), em 2009, tem proposta de verba de R\$ 182.763.354,00. Igual situação acontece com a ação 1379 – Atendimento das Demandas por Energia Elétrica em Localidades Isoladas Não-Supridas pela Rede Elétrica Convencional que só empenhou R\$ 2 milhões dos seus R\$19,7 milhões disponíveis.

VALORES PROPOSTOS PARA 2009 E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA SPM

Na mensagem presidencial que encaminhou o PLOA 2009, consta a citação do II PNPM com suas 91 metas, 56 prioridades e 394 ações distribuídas em onze áreas de atuação, priorizando o Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra a Mulher a ser implementado em 22 estados, em articulação com a SPM

A mensagem presidencial, priorizou as seguintes iniciativas para 2009:

- a. construção do Sistema Nacional de Informações sobre a Violência Contra a Mulher;*
- b. ampliação da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, e do atendimento às mulheres em situação de violência;*
- c. implementação da Lei Maria da Penha, com foco na atuação junto ao Poder Judiciário e em mecanismos de monitoramento da implementação e aplicação da Lei;*
- d. capacitação de profissionais da educação nas temáticas de gênero, relações étnico-raciais e orientação sexual; e*
- e. estímulo à elaboração e à divulgação de novos conhecimentos voltados às relações de gênero, mulheres e feminismos, com foco no enfrentamento da violência contra as mulheres, além de incorporação da perspectiva de gênero nas análises de diversas áreas disciplinares.*

Curioso observar que o governo confunde as "questões de gênero" com a atuação da SPM: "As questões de gênero contarão com recursos orçamentários no montante de R\$44,5 milhões em 2009"¹⁹. Das prioridades elencadas, a ação *Implantação do Sistema Nacional de Informações Sobre a Violência Contra a Mulher - Nacional (14.126.0156.10UJ.0001)* citada, até setembro de 2008, não tinha gasto nenhum centavo dos R\$ 525 000,00 previstos para o corrente ano, possivelmente devido ao contingenciamento dos recursos da Secretaria.

Nos últimos anos, a Secretaria teve em torno de 30% de seu orçamento contingenciado (exceto o ano de 2005) e, dos recursos recebidos, praticamente os executou em sua totalidade. A SPM teve a melhor execução em 2008²⁰, se comparada a SEDH e a SEPPIR, que também integram o Presidência. A SPM empenhou 44,50% e pagou 31,82% de seus recursos, enquanto que esses percentuais para a SEPPIR ficaram na marca de 26,90% (empenhados) e 22,17% (pagos); e no caso da SEDH, foram de 32,28% (empenhados) e 17,14% (pagos).

Um fato que merece destaque é a queda, de 2008 para 2009, nos valores orçados para esses três órgãos da Presidência que são fundamentais na promoção de políticas de combate às desigualdades: SPM – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, SEPPIR – Secretaria Especial da Promoção de Políticas da Igualdade Racial e SEDH – Secretaria Especial de Direitos Humanos.

Considerando os valores propostos no PLOA, a Presidência da República – PR, terá um orçamento 14% maior em 2009 que os valores autorizados, até 30/9/2008. Entretanto, os orçamentos da SEPPIR, da SEDH e da SPM sofrem reduções significativas na proposta para o ano de 2009, como mostram o gráfico e tabela a seguir.

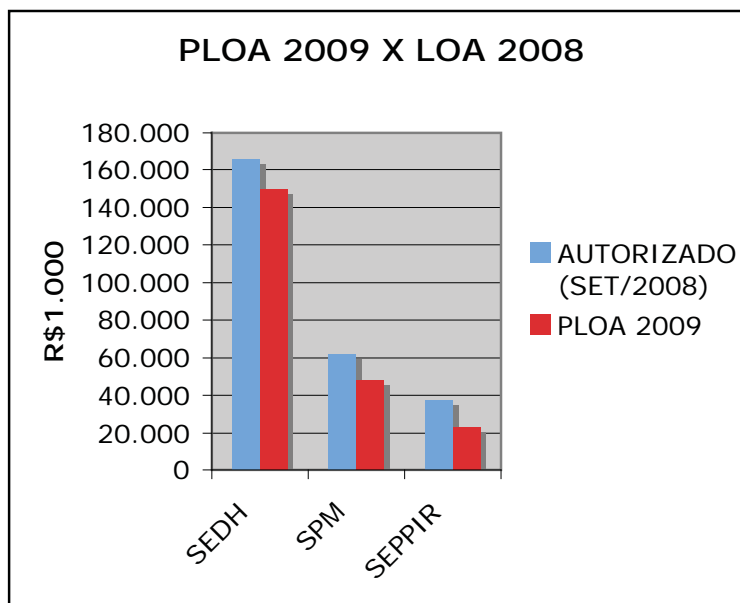


Tabela 16- PLOA 2009 e Execução Orçamentária em 2008 das Secretarias Selecionadas da Presidência da República

Secretaria da PR – Presidência da República selecionada	PLOA 2009	Autorizado (30/Set/2008)	% Redução – valores correntes
Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH	149.479.261	165.592.664	9,73 %
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM	48.030.296	61.444.971	21,83 %
Secretaria Esp de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR	23.180.689	37.309.860	37,87 %

Fonte: www.senado.gov.br/siga. Elaboração CFEMEA

A SPM sofre redução de 21,85%, a SEDH de 9,75% e a SEPPIR, redução de 37,87% em seus recursos. Em termos da posição relativa entre as Unidades Orçamentárias que integram a Presidência – PR, também observa-se queda desses três órgãos, ou seja: a verba da SEPPIR cai de 0,64% para 0,35% no orçamento da Presidência e a SPM, cujo orçamento em 2008 representava 1,05 %, cai sua participação para 0,72% em 2008 e a SEDH teve menor redução proporcional, de 2,83% para 2,24%.

Tabela 17- Recursos previstos e liberados para SPM de 2004 a 2007 (R\$1,00)

SPM	LEI + CRED	RECEBIDO	BLOQUEADO	CONTINGENCIADO
2004	24.867.020,00	17.600.795,22	7.266.224,78	70,78
2005	24.554.087,00	20.041.327,00	4.512.760,00	81,62
2006	27.061.444,00	19.589.564,00	7.471.880,00	72,39
2007	49.169.938,00	34.762.134,00	14.407.804,00	70,70

FONTE: Site SPM/Aplicação de recursos. Elaboração CFEMEA

Importante registrar o esforço que a SPM tem feito para dar transparência as informações relativas à sua execução orçamentária. Na página da SPM encontram-se, inclusive, os valores bloqueados ou contingenciados, por programa. Esse é um exemplo a ser seguido por todos órgãos públicos, bem como a criação e transparência das ações do Comitê de Monitoramento dos I e II PNPM e o esforço de identificar as decisões das Conferências Nacionais com programas e ações do PPA e demais peças orçamentárias.

Como as datas de fechamento das informações da SPM e do sistema SIAFI (divulgado no SIGA) são distintas, observa-se pequenas variações dos números, também devido ao item "restos a pagar" que ora são contabilizados no ano de inscrição e ora no ano do pagamento, dependendo do sistema utilizado. Os dados a seguir foram retirados do Sistema SIAFI, disponibilizado no Portal do Orçamento/SIGA, do Senado Federal.

É importante destacar a ação do Congresso Nacional no aumento do Orçamento da SPM. Nos últimos três anos, a SPM teve grande apoio da Bancada Feminina e de parlamentares na ampliação das verbas de seus programas. Em 2007, seu orçamento foi quase duplicado. Dos R\$ 19 milhões previstos no PLOA, chegou-se a R\$48,4 milhões aprovados na Lei. Em 2008, a ampliação feita no Legislativo foi de 27%, conforme os dados apresentados na tabela e gráfico a seguir.

Tabela 18 - Orçamento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM (R\$1,00)

Programa (Cod/Desc)	PL 2007	LOA 2007 +créditos	LOA/PL 2007	PL 2008	LOA 2008 + créditos	LOA/PL 2008	PL 2009	PL 2008/ PL/07	PL 2009 PL/08
0073 – Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes				850.000	850.000	1,00	600.000		0,71
0156 – Prevenção e Combate à Violência Contra as Mulheres	7.109.007	22.309.007	3,14	27.500.000	27.833.500	1,01	27.844.000	3,87	1,01
0750 – Apoio Administrativo	5.579.761	5.579.761	1,00	5.731.467	5.731.467	1,00	8.096.296	1,03	1,41
1068 – Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas	3.773.170	8.813.170	2,34	6.400.000	6.100.000	0,95	5.860.000	1,70	0,92
1087 – Incentivo à Autonomia Econômica das Mulheres no Mundo do Trabalho (*)	2.598.000	11.728.000	4,51						
1433 – Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres				7.250.000	20.200.000	2,79	5.630.000		0,78
Total	19.059.938	48.429.938	2,54	47.731.467	60.714.967	1,27	48.030.296	2,50	1,01

Fonte: www.senado.gov.br/siga. Elaboração Própria

(*) A partir de 2008, algumas ações do programa 1087 passaram para o programa 1433

Para 2009, novamente, o governo propõe para a SPM, valores 21,7% menores que os aprovados no ano anterior. Esperamos que esse apoio continue, pois o PLOA 2009 enviado pelo governo, reduz significativamente os recursos do programa 1433 - Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres (de R\$20,2 milhões para R\$5,6 milhões) valor menor até do que os já empenhados até setembro de 2008, que totalizam R\$ 7.221.449,00. Também os programas 0073 - Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes E

1068 - Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas estão com proposta de redução da verba aprovada para 2008. Apenas o programa 0156 - Prevenção e Combate à Violência Contra as Mulheres, nos últimos três anos, teve sua verba ampliada por proposta do próprio governo e assim mesmo em apenas 1% dos valores do ano anterior.

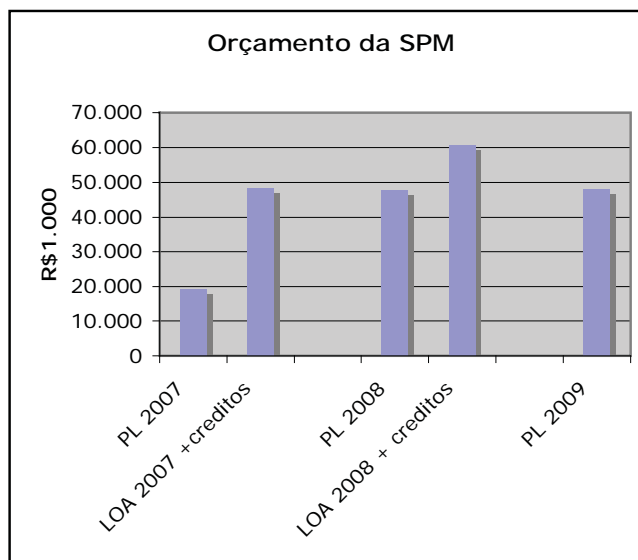
Igualmente como nos demais órgãos gestores, é muito baixa a execução das emendas parlamentares pela SPM. Em 2008, o orçamento da Secretaria foi ampliado graças às 37 emendas apresentadas por 26 parlamentares e pela Comissão Direitos Humanos e Legislação Participativa. Até 4/10/2007, apenas 13 delas tinham alguma execução. As outras 24 (65%) estavam com zero de execução²¹.

Considerando os valores autorizados para o ano em curso, até setembro 2008, a proposta do Executivo traz as seguintes alterações em valores correntes (em porcentagem):

Tabela 19 - Programas da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM

Programas SPM (Cod/Desc)	Aumentou LOA 2008 – PLOA 09	Reduziu LOA 2008 – PLOA 09
0073 - Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes		29,41%
0156 - Prevenção e Combate à Violência Contra as Mulheres	0,04%	
0750 - Apoio Administrativo	41,26%	
1068 - Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas		3,93%
1087 - Incentivo à Autonomia Econômica das Mulheres no Mundo do Trabalho		
1433 - Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres		72,13%
TOTAL ORÇAMENTO U.O. SPM		20,89%

Fonte: www.senado.gov.br/siga. Elaboração CFEMEA



A política de contingenciamento é a responsável pela baixa execução dos recursos da SPM. Nos quadros divulgados pela Secretaria, ela mostra seus quatro programas, com execução superior a 95% em 2007. Entretanto, o que se observa na tabela abaixo é que, em 2007, a SPM liquidou só 68,26% e pagou 50,73% dos valores aprovados. Essa diferença nos números divulgados pela SPM e pelo SIAFI/SIGA deve-se principalmente aos R\$14,4 milhões que foram bloqueados/contingenciados em 2007 e que a SPM desconsidera ao calcular a execução de seu orçamento.

Tabela 20 - LOA 2007 - Execução Orçamentária da Unidade Orçamentária: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (R\$ 1,00)

Programa (Cod/Desc)	Autorizado LOA + créditos	Empenhado	Liquidado (Subelemento)	Pago	LIQ / AUTO-RIZ	PAGO/AUTOZ
0156 - Combate à Violência Contra as Mulheres	22.309.007	17.060.000	16.810.193	12.140.933	75,35	54,42
1068 - Gestão da Política de Gênero	8.813.170	7.583.130	7.583.130	4.995.030	86,04	56,68
1087 - Igualdade de Gênero nas Relações de Trabalho	11.728.000	3.683.315	3.683.315	2.626.650	31,41	22,40
Atividade Finalística	42.850.177	28.326.445	28.076.638	19.762.613	65,52	46,12
0750 - Apoio Administrativo	5.949.761	5.232.404	5.232.404	4.994.781	87,94	83,95
Total	48.799.938	33.558.849	33.309.042	24.757.394	68,26	50,73

Fonte: [www.senado.gov.br/SIGA/Orçamento Anual/Despesas de Execução/UO](http://www.senado.gov.br/SIGA/Orçamento%20Anual/Despesas%20de%20Execução/UO)

Os valores disponibilizados pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, são:

Tabela 21 - Demonstrativo Gerencial da Execução do Orçamento da SPM janeiro à dezembro de 2007

Programa (Cod/Desc)	LEI + CRED	EMPENHOS	LIQUIDADO	BLOQUEADO	liq = pago siga/aut	BLOQ/ AUT
0156 - Combate à Violência Contra as Mulheres	22.309.007,00	17.090.000,00	12.760.908,86	5.108.227,00	0,57	22,90
1068 - Gestão da Política de Gênero	8.813.170,00	7.587.776,49	5.227.932,64	1.168.643,00	0,59	13,26
1087 - Igualdade de Gênero nas Relações de Trabalho	11.728.000,00	3.683.314,95	2.840.945,51	7.861.464,00	0,24	67,03
Atividade Finalística	42.850.177,00	28.361.091,44	20.829.787,01		0,49	0,00
0750 - Apoio Administrativo	6.319.761,00	6.050.290,20	5.769.350,39	269.470,00	0,91	4,26
Total	49.169.938,00	34.411.381,64	26.599.137,40	14.407.804,00		29,30

FONTE: Site da SPM, com exercício aberto em janeiro.

Com relação ao ano de 2008, os únicos dados disponíveis são os do SIAFI e não temos acesso as informações dos valores contingenciados por programa. Observa-se baixa execução, especialmente no programa 1068 - Gestão da Política de Gênero, conforme os dados na página ao lado:

Tabela 22 – LOA 2008 – Execução Orçamentária da Unidade Orçamentária: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

Programa (Cod/Desc)	Dotação Inicial LOA	Autorizado	Empenhado	Liquidação (Subelemento)	Pago	Emp / aut	Liq/ aut	pago/ aut
0073 - Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	850.000	850.000	0	0	0	0	0	0
0156 - Combate à Violência Contra as Mulheres	27.833.500	27.833.500	14.707.727	9.922.818	9.628.384	52,84	35,65	34,59
0750 - Apoio Administrativo	5.731.467	6.461.471	4.588.764	4.050.042	4.044.389	71,02	62,68	62,59
1068 - Gestão da Política de Gênero	6.100.000	6.100.000	1.228.315	675.298	675.298	20,14	11,07	11,07
1433 - Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres	20.200.000	20.200.000	7.221.449	4.685.378	4.685.378	35,75	23,19	23,19
Total	60.714.967	61.444.971	27.746.256	19.333.536	19.033.449	45,16	31,46	30,98

FONTE: Site da SPM, com exercício aberto em janeiro.

Até setembro de 2008, a SPM empenhou 45,16% de seus recursos e pagou 31% dos mesmos. Das atividades finalísticas, o programa que teve melhor desempenho foi o de Combate à Violência, com 52,84% de seus recursos empenhados. O programa 0073 - Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, cuja ação 8791- Apoio a Projetos Inovadores de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes - Nacional, que tem recursos de R\$ 850 mil, gastou zero reais até setembro/08. Algumas ações do Programa: 0156 - Combate à Violência Contra as Mulheres, que somam R\$ 2.630.000,00 (para os estados da Bahia, Espírito Santo, Paraná, Pernambuco, Roraima, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e São Paulo) também não tiveram nenhuma execução até 26/set/2008²². Igualmente R\$ 1 milhão previstos no Programa, a cargo do Ministério da Justiça, teve zero reais empenhados.

Não existe mágica. Sem a execução dos recursos do Orçamento, é quase impossível que haja melhora nos serviços e atendimentos à população. A Central de Atendimento à Mulher - ligue 180, ação 8831 do programa 0156, em 2008, teve boa execução e colhe os frutos, tendo o serviço realizado 925 atendimentos diários²³. Essa ação tem sua verba executada integralmente pela SPM, já tendo empenhado 86,79% (R\$1.475.444,00) de sua dotação para aplicação direta e a totalidade dos recursos (R\$ 300 mil) na modalidade transferência para o exterior.



CAPÍTULO 4 DO II PNPM – ENFRENTAMENTO DE TODAS AS FORMAS DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Com base no esforço de transparência da SPM para identificar ações e programas do PPA com as ações e prioridades do II PNPM, escolhemos o Capítulo 4 – Enfrentamento de todas as formas de violência contra as Mulheres por ser essa a prioridade definida no PLOA 2009. Objetiva o Governo consolidar, até 2011, a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e a plena efetivação da Lei Maria da Penha, Implementar o Pacto Nacional e ainda implementar o Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Para tal definiu sete objetivos Específicos, 12 Metas e seis prioridades que por sua vez se desdobram em 70 ações a serem desenvolvidas por diferentes órgãos, em todas as esferas governamentais.

Além das ações não orçamentárias, a Secretaria identificou 35 ações de 20 programas do PPA que viabilizariam essas 70 ações definidas para enfrentar e combater a violência contra as mulheres. A SPM enfrenta o mesmo problema que apontamos quanto ao Orçamento Mulher, que é a falta de condições para se ter uma apropriação mais criteriosa dos gastos, e evitar essa grande distorção na alocação dos recursos orçamentários.

O Anexo 2 traz a Tabela com os Programas e Ações que a SPM identificou como as ações orçamentárias que darão cumprimento ao disposto no capítulo 4 do II PNPM. Nesses 20 programas selecionados, o valor autorizado em 2008 totaliza R\$22 bilhões, e R\$16,4 bilhões já foram empenhados. Mas infelizmente esses bilhões todos agregam muitos outros gastos além das ações previstas no II PNPM.

A SPM identificou a ação 8585 – Atenção a Saúde da População para Procedimentos em Media e Alta Complexidade (do Programa 1220 – Atenção Hospitalar e Ambulatorial no Sistema Único de Saúde) para cumprir a prioridade 4.4 – Promover a atenção à saúde das mulheres em situação de violência com atendimento qualificado ou específico (4.4.1 – Ampliar a oferta de contracepção de emergência nos serviços de referência e nos municípios que recebem o Kit básico dos métodos anticoncepcionais)²⁴. Como são valores altos, essa ação representa 92,7% dos recursos autorizados (R\$ 20,5 bilhões contra R\$ 22,1), até set/2008, de todos os programas identificados no capítulo 4. Sem a ação 8585, a execução passa de 70% para 47,72% empenhados e 25,44% pagos.

A seguir analisaremos a execução orçamentária de dois desses programas selecionados no capítulo 4: o Programa 0156 – Prevenção e Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres e o programa 1453 – Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI.

Se pegarmos o conjunto das ações que integram o programa 0156 – Prevenção e Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres, carro chefe da prioridade definida na mensagem pre-

sidencial, tem aumento proposto em sua verba de míseros R\$10.500,00. Considerando que o programa empenhou, até set/2008, menos de 50% de sua dotação, se reafirma a importância do não contingenciamento dos recursos do programa 0156, como aprovado no Congresso Nacional e vetado pelo presidente. Em termos da implementação, a melhor execução ficou com a ação 8831- Central de Atendimento - ligue 180, para a qual não há proposta do governo de aumento da verba para 2009.

Tabela 23 - Programa 0156 - Prevenção e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres

Ação (Cod/Desc)	PLOA	Aumento 2009 LOA 08 autoriza	Autorizado 2008	Empenhado 2008	Liquidado 2008	Pago	Emp/Aut	Pago/Aut
10uj - Implantação do Sistema Nacional de Informações sobre a Violência Contra a Mulher	1.000.000	90,48	525.000	0	0	0	0,00%	0,00%
2c52 - Ampliação e Consolidação da Rede de Serviços Especializados de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência	20.050.000	4,81	19.130.000	8.383.546	6.404.363	6.217.199	43,82%	32,50%
6812 - Capacitação de Profissionais para Atendimento a Mulheres em Situação de Violência	2.000.000	(11,11)	2.250.000	829.075	310.114	310.114	36,85%	13,78%
8831 - Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180	2.000.000	0,00	2.000.000	1.775.444	1.136.933	1.134.298	88,77%	56,71%
8833 - Apoio a Iniciativas de Fortalecimento dos Direitos Humanos das Mulheres em Situação de Prisão	500.000	0,00	500.000	0	0	0	0,00%	0,00%
8932 - Apoio a Iniciativas de Prevenção à Violência Contra as Mulheres	3.294.000	(25,62)	4.428.500	3.172.151	2.071.408	1.966.773	71,63%	44,41%
Total	28.844.000	0,04	28.833.500	14.160.216	9.922.818	9.628.384	49,11%	33,39%

Fonte: www.senado.gov.br/siga em 30/9/2008

A única ação do programa 156 que não está identificada nas prioridades do capítulo 4 é a Ação 10UJ - Implantação do Sistema Nacional de Informações sobre a Violência Contra a Mulher²⁵ e, como já foi dito anteriormente, tem aumento proposto de 90,48% na PLOA 2009 mas não empenhou nada de seus recursos, em 2008.

O programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI, também apresenta aumento de 0,65% de sua verba atual de R\$ 1.396.970.963,00, da qual empenhou 41,59% e pagou 18,75%. Conforme divulgado no documento do PRONASCI "PPA Deslizante 2008/2011 - Orçamento e Metas Físicas"²⁶, identifica-se quatro ações específicas para o combate à violência contra as mulheres, mas as mesmas representam menos de 3% da dotação prevista para o programa em 2008. Os números são:

Tabela 24 - Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI, Ações Selecionadas

PRONASCI Ações do PPA específicas para as mulheres	Responsável Execução	Meta física 2008	Total orçamento 2008 Autorizado LOA 08
8860 - Apoio à construção de Estabelecimentos Penais Especiais			105.900.000
8860/1 - construção estab. Penais femininos	Depen	875 vagas	22.500.000
8860/9 - Construção de Centro de agressores - LMPenha	SPM	5 centros	1.750.000
8857 - Apoio à implementação de políticas de segurança cidadã			37.595.500
8857/61 - Mães da Paz	SE-PRONASCI	1325 mulheres	4.611.000
8857/87 - Efetivação da Lei Maria da Penha	SRJ	117.637	
atendimentos	8.750.000		
4 ações acima			37.611.000
TOTAL PRONASCI LOA 2008			1.396.970.963
Valor % 4 ações/total PRONASCI			2,69 %

Fonte: PRONASCI. PPA Deslizante 2008/2011 - Orçamento e Metas Físicas (Mimeo distribuído no Seminário Segurança Pública, Justiça e Cidadania, 28-29/agosto/2008) e www.senado.gov.br/siga. Elaboração CFEMEA

De forma geral, a ação de construção de estabelecimentos penais tem 70% de execução, mas não conseguimos identificar se parte desse gasto foi para estabelecimentos penais femininos.

Em termos orçamentários já estamos na metade da execução do PPA 2008-2011. As metas definidas no Plano e no II PNPM são ambiciosas e adequadas para combater as desigualdades, mas com a baixa execução orçamentária em 2008 e os valores previstos no PLOA 2009, dificilmente essas metas serão cumpridas.

Apesar dos esforços da SPM, muitos estados e municípios que inclusive já assinaram o Pacto, não receberam ainda os recursos financeiros necessários para implantar os serviços e atendimentos previstos no II PNPM.

CONCLUSÃO

A opção por uma política econômica que privilegia o capital, rentistas e banqueiros, em detrimento da redistribuição equitativa dos recursos públicos para a garantia de direitos à cidadania penaliza especialmente as mulheres que têm que assumir os encargos e serviços que deveriam ser prestados pelo Estado para os atendimentos à saúde, educação e cuidados com as pessoas.

A agregação das informações nas peças orçamentárias não permite identificar o gasto realizado para combater as desigualdades, especialmente aquelas relativas às mulheres e a população negra. É necessário planejar o gasto dos recursos públicos considerando a diversidade e pluralidade da população do país.

A política de contingenciamento sacrifica os programas de combate às desigualdades e promoção dos direitos humanos, que não são prioritários e nem dispõem de garantias constitucionais ou infra-legais para evitar o desvio dos mesmos para o alcance das metas de superávit primário.

Considerando a baixa execução orçamentária que estamos verificando neste ano (2008) e levando em conta os valores reduzidos propostos para o Orçamento de 2009, já se poderia inferir que as metas fixadas para o PPA 2008-2011 nos programas que integram o Orçamento Mulher não poderão ser alcançadas. O cenário que se delineia para o futuro, entretanto, é mais grave, haja vista as repercussões da crise financeira internacional sobre o Brasil e as diversas medidas que vêm sendo tomadas, inclusive em termos de novos cortes de despesas no Orçamento de 2009, conforme proposto pelo Relator Geral do PLOA 2009.

A SPM – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres tem sido exemplo de transparência a ser seguido. Tenta identificar ações e programas orçamentários com ações e prioridades definidas no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (referenciado nas decisões da II Conferência Nacional de Políticas para Mulheres). Em que pesem as dificuldades de agregação



dos dados e informações, é uma iniciativa louvável essa de assinalar no II PNPM os correspondentes programas e ações do PPA, e seu exemplo deve ser seguido por todos os órgãos públicos. Afinal, trata-se de um instrumento de transparência sobre o desenvolvimento de Planos Nacionais e sobre a execução dos recursos públicos nos mesmos. Pode, ademais, tornar-se um mecanismo efetivo para a prestação de contas pelo governo e monitoramento e controle pela sociedade dos compromissos assumidos em processos de participação social, como são as Conferências.

O PLOA 2009 repete a mesma situação dos anos anteriores: aumento fictício de dotações, pois a política de contingenciamento não permite executar as ações previstas, ficando a execução razoável apenas para as despesas obrigatórias e aquelas garantidas constitucionalmente.

Na maioria dos programas voltados especialmente para às mulheres, inclusive os de enfrentamento à violência doméstica, não têm previsto na proposta orçamentária do governo, os recursos necessários para atingir as metas definidas no PPA 2008-2011.

Apenas no espaço do Legislativo os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil têm acesso as informações orçamentárias e alguma oportunidade de apresentar e discutir suas propostas, ainda assim, muito aquém do democraticamente necessário. A efetividade da participação, contudo, é muito restrita, posto que as alterações processadas na etapa do trâmite Legislativo são raramente efetivadas pelos gestores dos programas e servem mais como moeda de troca de favores políticos, quando da votação de matérias do interesse do Executivo do que para corrigir e aperfeiçoar a ação governamental.

Finalmente gostaríamos de enfatizar que o mesmo esforço e dedicação que o Congresso Nacional faz para discutir e aperfeiçoar o PLOA deveria fazer para acompanhar e avaliar a execução do Orçamento da União, durante todo o ano.

PROPOSTAS DE EMENDAS AO PLOA 2009

Mudando a estratégia adotada em anos anteriores, o CFEMEA apresenta poucas emendas ao PLOA 2009, pois constatou a baixa execução das emendas aprovadas e que visavam melhorar a vida das mulheres.

As emendas que se seguem são estratégicas para o desenvolvimento do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e para viabilizar o seu monitoramento com transparência. Das sete emendas sugeridas, seis constam do PPA, com metas definidas para 2009, mas não tem recursos previstos no PLOA encaminhado. Essas ações foram incluídas no PPA 2008-2011 a partir de emendas sugeridas pelo CFEMEA, apresentadas por divers@s parlamentares, especialmente da Bancada Feminina, aprovadas por Comissões Técnicas Permanentes e, finalmente, pelo Congresso Nacional.

Tomando como base as prioridades definidas na mensagem presidencial que enviou a proposta orçamentária para 2009 ao Congresso, apresentamos sugestões para implementar ações do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, ou seja: Apoio à instalação e implantação de Delegacias Especiais de Atendimento às Mulheres, de Centros Especializados de Perícia Médico-Legal em Atendimento à Mulher Vítima de Violência, de Serviços de Atenção à Saúde da Mulher Vítima de Violência e de Núcleos Especializados de Defensoria Pública, equipamentos indispensáveis para tirar a Lei Maria da Penha do papel.

Ações que integram o Anexo de Prioridades e Metas da LDO 2009, foram ignoradas na proposta encaminhada. É o caso das ações 7I26 - Implantação de Serviços de Atenção à Saúde da Mulher Vítima de Violência e 2B64 - Atenção à Saúde da População Negra (do programa 1312 - Promoção da Capacidade Resolutiva e da Humanização na Atenção à Saúde) e da Ação 7J18 - Instalação de Núcleos Especializados de Defensoria Pública - Lei Maria da Penha, do Programa 0699 - Assistência Jurídica Integral e Gratuita. É importante destacar que essa emenda à LDO 2009 foi apresentada individualmente por diversos parlamentares, e coletivamente pela Comissão Legislação Participativa e CSSF da Câmara, assim como pela CAS do Senado.

EMENDAS PARA A IMPLANTAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA

1. Recursos para instalação de 100 unidades de Serviços de Atenção à Saúde da Mulher Vítima de Violência, previsto na LDO 2009

- Ação 7I26 - Implantação de Serviços de Atenção à Saúde da Mulher Vítima de Violência do programa 1312 - Promoção da Capacidade Resolutiva e da Humanização na Atenção à Saúde.

Valor proposto: R\$20.000.000

2. Recursos para cumprir a meta, prevista na LDO 2009, de apoiar sete Centros de Perícia Médico-legal

- Ação 7K02 - Apoio a implantação de centros especializados de perícia médico-legal em atendimento à mulher vítima de violência - Lei Maria da Penha, do Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci

Valor proposto: R\$ 2,5 milhões

3. Recursos para cumprir a meta de instalação de 60 DEAMs, prevista no PPA 2008-2011.

- Ação 7J23 - Instalação de Delegacias Especiais de Atendimento às Mulheres, do Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci

Valor proposto: R\$ 20 milhões

4. Recursos para cumprir a meta de instalação de Núcleos Especializados de Defensoria Pública, prevista na LDO 2009

- Ação 7J18 - Instalação de Núcleos Especializados de Defensoria Pública - Lei Maria da Penha, que integra o Programa 0699 - Assistência Jurídica Integral e Gratuita

Valor proposto: R\$ 20 milhões

5. Recursos para cumprir a meta de instalação de 20 núcleos (prevista no PPA 2008-2011)

- Ação 7J73 - Apoio à Instalação de Núcleos Especializados de Defensoria Pública - Lei Maria da Penha, que faz parte do Programa 0699 - Assistência Jurídica Integral e Gratuita.

Valor proposto: R\$ 5 milhões

EMENDA PARA A SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA

Além dessas ações relacionadas diretamente ao cumprimento da Lei Maria da Penha, outra muito relevante para o desenvolvimento do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, é a ação 2B64 que foi incluída no Anexo de Metas e Prioridades da LDO 2009, mas também não conta com qualquer previsão de recursos no PLOA 2009. Essa ação responde às demandas dos movimentos sociais e deveria dar consequência aos compromissos governamentais em relação ao Plano Nacional para a Saúde da População Negra. Na LDO 2009 foram incluídas através de emendas apresentadas individualmente por parlamentares e coletivamente pela Comissão de Seguridade Social e Família.

6. Recursos para cumprir a meta de atender 48,3 milhões de pessoas, prevista na LDO 2009

- Ação 7B64 - Atenção à Saúde da População Negra, que integra o Programa 1312 - Atenção a Saúde de Populações Estratégicas e em Situação Especial de Agravo.

Valor proposto: R\$ 5 milhões

EMENDA PARA A SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA

O PLOA 2009 define apenas o valor de R\$600.000,00 para a ação 8837, contra os R\$11.150.000,00 autorizados em 2008. Em 2008, a SPM já empenhou R\$4.257.789,00 nessa ação. A ampliação de recursos para essa ação é importante para a implementação do II PNPM.

- Ação 8834 – Apoio a Iniciativas de Referência nos Eixos Temáticos do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres do Programa 1433 - Cidadania e Efetivação dos Direitos das Mulheres.

Valor proposto: R\$ 11 milhões

RESUMO SUGESTÕES DE EMENDAS DO CFEMEA PARA PLOA 2008

ÓRGÃO	PROGRAMA	AÇÃO	Prevista	VALOR EMENDAS	Indicação de Apresentação
30000 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	699	Ação 7J18 - Instalação de Núcleos Especializados de Defensoria Pública - Lei Maria da Penha	PPA LDO2009	R\$ 20 milhões	CCJC da CD CCJ do SF Individual
30000 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	699	Ação 7J73 - Apoio à Instalação de Núcleos Especializados de Defensoria Pública - Lei Maria da Penha	PPA	R\$ 5 milhões	Individual
30000 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	1453	Ação 7K02 - Apoio à implantação de centros especializados de perícia médico-legal em atendimento à mulher vítima de violência - Lei Maria da Penha	PPA LDO2009	R\$ 2,5 milhões	Individual
30000 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	1453	Ação 7J23 - Instalação de Delegacias Especiais de Atendimento às Mulheres	PPA	R\$ 20 milhões	CCJC da CD CSPCCO da CD CCJ do Senado Individual
36000 MINISTÉRIO DA SAÚDE	1312	Ação 7I26 - Implantação de Serviços de Atenção à Saúde da Mulher Vítima de Violência	PPA	R\$ 20 milhões	CSSF da CD CAS do SF Individual
36000 MINISTÉRIO DA SAÚDE	1312	Ação 2B64 - Atenção à Saúde da População Negra	PPA LDO2009	R\$ 5 milhões	Individual
20000 PR / SPM	1433	Ação 8834 - Apoio a Iniciativas de Referência nos Eixos Temáticos do II PNPM	PPA LDO2009	R\$ 11 milhões	Individual

Anexos

Fonte www.senado.gov.br/siga.

Anexo 1 – PROGRAMAS QUE INTEGRAM O ORÇAMENTO MULHER – PLOA 2009 E EXECUÇÃO ATÉ SETEMBRO DE 2008 (R\$ 1,00)

Programa (Cod/Desc)	PLOA 2009	% PLOA 09 / LOA2008	Autorizado	Empenhado	Liquidado (Subelemento)	Pago	Empenhado/Autorizado	Pago/Autorizado
0016 – GESTÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE	701.186.758	40,38	499.482.279	215.991.992	125.865.460	125.790.876	43,24%	25,18%
0068 – ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	348.706.000	11,76	312.019.035	176.160.216	175.816.620	175.814.874	56,46%	56,35%
0073 – COMBATE AO ABUSO E A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	79.073.844	1,94	77.571.820	44.232.742	43.521.036	43.521.036	57,02%	56,10%
0083 – PREVIDÊNCIA SOCIAL BÁSICA	988.446.854	14,52	863.117.253	859.063.052	524.709.569	524.683.316	99,53%	60,79%
0087 – GESTÃO DA POLÍTICA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	146.552.235	137,50	61.706.674	32.899.767	24.256.040	24.105.242	53,32%	39,06%
0099 – INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA	161.384.299	2,60	157.291.756	115.495.801	64.299.265	63.555.665	73,43%	40,41%
0101 – QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL	271.930.558	(39,06)	446.217.251	33.480.719	16.353.879	16.350.951	7,50%	3,66%
0102 – REDE DE PROTEÇÃO AO TRABALHO	32.854.000	16,19	28.275.400	14.292.505	13.016.968	13.006.912	50,55%	46,00%
0103 – DESENVOLVIMENTO CENTRADO NA GERAÇÃO DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA	3.527.000	(33,77)	5.325.178	784.518	621.103	621.103	14,73%	11,66%
0104 – RECURSOS PESQUEIROS SUSTENTÁVEIS	2.781.039	(11,65)	3.147.790	305.330	305.330	305.330	9,70%	9,70%
0106 – GESTÃO DA POLÍTICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA	234.509.801	7,82	217.508.951	116.400.181	97.619.282	96.926.455	53,52%	44,56%
0107 – ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO	19.758.249	71,16	11.543.750	8.551.100	7.793.731	7.793.092	74,08%	67,51%
0122 – SANEAMENTO AMBIENTAL URBANO	2.191.114.025	13,07	1.937.752.846	1.226.023.870	164.619.090	164.381.390	63,27%	8,48%
0135 – ASSENTAMENTOS SUSTENTÁVEIS PARA TRABALHADORES RURAIS	1.022.550.261	3,23	990.556.338	491.600.478	358.465.463	358.426.524	49,63%	36,18%
0137 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA REFORMA AGRÁRIA	1.830.712.901	(4,35)	1.913.994.498	892.031.239	332.262.590	329.757.487	46,61%	17,23%
0139 – GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	37.116.259	7,27	34.600.000	11.091.300	7.121.786	7.121.269	32,06%	20,58%
0150 – IDENTIDADE ÉTNICA E PATRIMÔNIO CULTURAL DOS POVOS INDÍGENAS	741.149.490	36,06	544.738.760	364.685.065	309.216.142	300.114.934	66,95%	55,09%
0153 – PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	21.996.850	28,43	17.127.660	4.479.123	4.277.835	4.277.392	26,15%	24,97%
0154 – DIREITOS HUMANOS, DIREITOS DE TODOS	10.054.396	(50,39)	20.267.000	3.854.901	2.763.099	2.763.099	19,02%	13,63%
0155 – GESTÃO DA POLÍTICA DE DIREITOS HUMANOS	8.802.000	15,54	7.618.140	225.000	220.000	220.000	2,95%	2,89%
0156 – COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	28.844.000	0,04	28.833.500	14.160.216	9.922.818	9.628.384	49,11%	33,39%

0172 - CULTURA AFRO-BRASILEIRA	16.602.362	(51,08)	33.940.376	5.063.652	4.127.509	4.127.287	14,92%	12,16%
0273 - ENERGIA CIDADÃ	727.239.180	1.810,37	38.067.936	2.152.993	132.645	132.645	5,66%	0,35%
0351 - AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	2.384.282.562	(7,04)	2.564.724.909	1.359.732.665	508.778.978	508.347.713	53,02%	19,82%
0419 - DESENVOLVIMENTO DE MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS	26.831.691	(46,09)	49.772.611	7.274.926	4.456.506	4.456.506	14,62%	8,95%
0471 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA INCLUSÃO SOCIAL	40.408.915	(83,71)	248.091.671	56.188.345	27.087.102	22.783.537	22,65%	9,18%
0567 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO DISTRITO FEDERAL	15.000.000	76,47	8.500.000	3.747.398	3.109.268	3.109.268	44,09%	36,58%
0670 - ASSISTÊNCIA A VÍTIMAS E A TESTEMUNHAS AMEAÇADAS	29.139.091	(2,09)	29.762.000	16.119.177	10.977.466	10.977.466	54,16%	36,88%
0698 - GESTÃO DA POLÍTICA NA ÁREA DA JUSTIÇA	28.615.250	(2,62)	29.384.000	16.469.967	8.483.134	8.483.134	56,05%	28,87%
0699 - ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA	92.075.653	5,58	87.208.224	61.099.735	53.322.953	53.322.773	70,06%	61,14%
0797 - PROSPECÇÃO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	2.027.000	(37,44)	3.240.000	300.000	280.500	280.500	9,26%	8,66%
0802 - GESTÃO DO PLANO PLURIANUAL	38.050.000	15,54	32.931.123	12.566.734	10.878.932	10.876.129	38,16%	33,03%
1004 - GESTÃO DAS POLÍTICAS DE GOVERNO	38.172.120	42,18	26.848.400	8.140.507	7.325.676	7.325.255	30,32%	27,28%
1006 - GESTÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	78.894.066	76,12	44.795.001	28.266.660	21.601.336	21.600.457	63,10%	48,22%
1008 - INCLUSÃO DIGITAL	134.475.000	(37,92)	216.606.717	117.286.651	25.922.212	25.922.212	54,15%	11,97%
1016 - ARTESANATO BRASILEIRO	1.421.673	(70,64)	4.842.001	444.471	327.847	327.847	9,18%	6,77%
1049 - ACESSO À ALIMENTAÇÃO	880.143.331	28,30	685.986.869	435.418.445	211.624.198	208.717.471	63,47%	30,43%
1060 - BRASIL ALFABETIZADO	306.420.000	(12,77)	351.286.161	109.120.208	90.694.955	90.316.635	31,06%	25,71%
1061 - BRASIL ESCOLARIZADO	7.876.285	9,38	7.201.028	919.000	0	0	12,76%	0,00%
1067 - GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	3.687.145.675	3.837,85	93.633.499	67.580.606	41.047.426	40.838.225	72,18%	43,61%
1068 - GESTÃO DA POLÍTICA DE GÊNERO	5.860.000	(3,93)	6.100.000	1.228.315	675.298	675.298	20,14%	11,07%
1073 - UNIVERSIDADE DO SÉCULO XXI	12.236.307	42,82	8.567.706	5.051.512	4.397.808	4.396.504	58,96%	51,31%
1079 - PROTEÇÃO PREVIDENCIÁRIA	4.981.250	50,02	3.320.403	828.596	228.055	216.813	24,95%	6,53%
1116 - CRÉDITO FUNDIÁRIO	573.177.157	14,79	499.310.824	10.597.024	6.047.851	6.047.851	2,12%	1,21%
1120 - PAZ NO CAMPO	15.414.196	19,62	12.886.058	5.735.292	4.535.670	4.530.670	44,51%	35,16%
1127 - SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA	316.000.000	(36,92)	500.912.261	149.222.618	71.510.016	71.498.446	29,79%	14,27%

Anexo 1 – PROGRAMAS QUE INTEGRAM O ORÇAMENTO MULHER – PLOA 2009 E EXECUÇÃO ATÉ SETEMBRO DE 2008 (R\$ 1,00) cont.

Programa (Cod/Desc)	PLOA 2009	% PLOA 09 / LOA2008	Autorizado	Empenhado	Liquidado (Subelemento)	Pago	Empenhado/Autorizado	Pago/Autorizado
1128 - URBANIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	3.771.959.671	65,54	2.278.598.119	1.776.870.834	501.551.543	500.691.890	77,98%	21,97%
1132 - DEMOCRATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO	4.400.000	30,77	3.364.788	840.025	608.320	607.196	24,97%	18,05%
1133 - ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO	68.570.000	(16,91)	82.521.999	4.015.597	718.252	718.011	4,87%	0,87%
1138 - DRENAGEM URBANA SUSTENTÁVEL	154.324.119	180,97	54.926.210	41.520.502	753.516	753.516	75,59%	1,37%
1141 - CULTURA, IDENTIDADE E CIDADANIA	130.183.000	(8,29)	141.943.722	69.076.958	6.757.118	6.735.358	48,67%	4,75%
1145 - COMUNIDADES TRADICIONAIS	12.348.000	(79,01)	58.838.464	5.896.378	4.972.122	4.966.389	10,02%	8,44%
1161 - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E AGRÍCOLA INDUSTRIAL PARA A INSERÇÃO SOCIAL	12.490.699	(18,15)	15.260.598	4.809.155	4.337.603	4.185.625	31,51%	27,43%
1201 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE	24.750.000	34,96	18.339.070	18.330.447	16.445.201	16.445.201	99,95%	89,67%
1214 - ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	9.090.881.347	11,30	8.167.923.707	5.416.490.138	5.120.043.600	5.119.277.443	66,31%	62,68%
1220 - ATENÇÃO HOSPITALAR E AMBULATORIAL NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	26.308.751.185	7,14	24.556.518.345	19.308.568.977	15.797.772.258	15.742.594.529	78,63%	64,11%
1287 - SANEAMENTO RURAL	316.600.000	(7,67)	342.913.812	95.784.499	7.358.446	7.295.402	27,93%	2,13%
1293 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS	5.133.387.498	14,82	4.470.728.608	3.462.129.223	2.563.607.954	2.530.755.616	77,44%	56,61%
1312 - ATENÇÃO À SAÚDE DE POPULAÇÕES ESTRATÉGICAS E EM SITUAÇÕES ESPECIAIS DE AGRAVOS	65.507.000	15,41	56.761.484	21.066.243	9.841.171	9.841.171	37,11%	17,34%
1334 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS	313.871.518	23,33	254.492.611	101.325.645	26.508.912	26.194.338	39,81%	10,29%
1335 - TRANSFERÊNCIA DE RENDA COM CONDICIONALIDADES	12.005.305.000	10,29	10.885.357.347	10.770.178.720	8.104.460.798	8.104.460.798	98,94%	74,45%
1336 - BRASIL QUILOMBOLA	53.791.846	(7,98)	58.455.806	3.144.075	2.128.992	2.027.609	5,38%	3,47%
1350 - EDUCAÇÃO DO CAMPO (PRONERA)	70.716.912	23,60	57.216.472	20.970.817	7.742.015	7.741.633	36,65%	13,53%
1355 - IDENTIDADE E DIVERSIDADE CULTURAL - BRASIL PLURAL	7.800.000	(14,85)	9.160.000	2.825.308	1.945.758	1.848.728	30,84%	20,18%
1374 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	7.500.000	25,00	6.000.000	900.000	900.000	900.000	15,00%	15,00%
1377 - EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE E CIDADANIA	155.032.158	90,93	81.198.432	7.630.111	4.496.646	4.428.609	9,40%	5,45%

1384 - PROTEÇÃO SOCIAL BASICA	490.252.594	(15,97)	583.411.787	405.867.494	402.216.499	402.197.449	69,57%	68,94%
1385 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	143.470.149	(38,30)	232.513.986	89.790.504	87.435.504	87.435.504	38,62%	37,60%
1387 - MICROCREDITO PRODUTIVO ORIENTADO	4.300.000	26,81	3.390.831	87.000	67.143	67.143	2,57%	1,98%
1401 - REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	1.072.867.749	(10,06)	1.192.876.941	506.287.917	505.650.451	505.650.451	42,44%	42,39%
1402 - EDUCACAO EM DIREITOS HUMANOS	12.600.000	(31,40)	18.368.213	12.654.007	605.540	605.540	68,89%	3,30%
1404 - PROMOCAO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	1.500.000	(22,28)	1.930.000	1.191.308	313.878	313.878	61,73%	16,26%
1413 - PROMOÇÃO DA JUSTIÇA E DA CIDADANIA	3.865.500	(7,70)	4.188.000	835.440	780.664	779.793	19,95%	18,62%
1426 - CONSERVAÇÃO, MANEJO E USO SUSTENTÁVEL DA AGROBIO-DIVERSI	1.758.316	(28,28)	2.451.545	402.619	388.619	388.619	16,42%	15,85%
1427 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR	514.665.443	40,72	365.733.550	82.306.852	40.824.838	40.703.804	22,50%	11,13%
1432 - PROMOÇÃO DE POLITICAS AFIRMATIVAS PARA A IGUALDADE RACIAL	7.024.000	(62,67)	18.817.423	3.558.358	2.663.843	2.663.843	18,91%	14,16%
1433 - CIDADANIA E EFETIVACAO DE DIREITOS DAS MULHERES	38.737.344	(4,82)	40.700.000	7.602.547	5.130.539	5.130.539	18,68%	12,61%
1442 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO	21.154.216	(14,20)	24.656.251	4.625.809	2.820.145	2.732.074	18,76%	11,08%
1444 - VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS	2.853.018.060	22,21	2.334.440.456	1.557.395.275	1.183.271.679	1.174.082.435	66,71%	50,29%
1446 - IMPLEMENTACAO DA POLITICA DE PROMOCAO DA SAUDE	45.486.295	47,86	30.762.487	6.694.425	4.607.657	4.605.835	21,76%	14,97%
1448 - QUALIDADE NA ESCOLA	1.421.216.481	97,36	720.114.197	567.799.060	236.108.265	218.797.421	78,85%	30,38%
1453 - NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA - PRO-NASCI	1.406.000.000	0,65	1.396.970.963	580.971.893	278.004.257	261.990.528	41,59%	18,75%
8007 - RESIDUOS SÓLIDOS URBANOS	70.296.618	(49,25)	138.527.377	57.414.652	1.258.844	1.253.855	41,45%	0,91%
8034 - NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJovem	1.713.878.205	49,79	1.144.173.644	524.124.518	375.697.126	375.696.160	45,81%	32,84%
9991 - HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	959.011.185	2,24	937.978.389	272.722.783	21.793.680	19.011.864	29,08%	2,03%
TOTAL	86.834.811.691	16,45	74.566.389.711	52.928.306.748	38.733.407.360	38.575.249.289	70,98%	51,73%

Anexo 2 – PII PNPM, Capítulo 4 – Programas e Ações na LOA 2008 + Créditos (R\$ 1,00)

Programa Selecionado	Ação (Cod/Desc)	Autorizado	Empenhado	Liquidado (Subeamento)	Pago	Empenhado / Autorizado	Pago / Autorizado
0073 – Combate Ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	2383 – Serviços De Proteção Social A Crianças E Adolescentes Vítimas De Violência, Abuso E Exploração Sexual E Suas Famílias	48.732.228	39.545.799	39.545.799	39.545.799	81,15%	81,15%
	8787 – Ações Integradas De Enfrentamento Ao Abuso, Tráfico E Exploração Sexual De Crianças E Adolescentes – Países – Países	5.487.792	1.706.196	1.387.196	1.387.196	31,09%	25,28%
0099 – Integração Das Políticas Públicas De Emprego, Trabalho e Renda	8791 – Apoio A Projetos Inovadores De Enfrentamento Da Violência Sexual Contra Crianças E Adolescentes	1.850.000	201.499	201.499	201.499	10,89%	10,89%
	2550 – Orientação Profissional E Intermediação De Mão-De-Obra	107.395.734	85.590.126	38.555.206	38.555.206	79,70%	35,90%
0101 – Qualificação Social E Profissional	4733 – Qualificação Social E Profissional De Trabalhadoras Domesticas E Outras Populações Em Situação De Alta Vulnerabilidade	5.200.000	0	0	0	0,00%	0,00%
	2711 – Promoção Do Etnodesenvolvimento Em Terras Indígenas	20.043.600	3.142.135	2.081.722	2.064.047	15,68%	10,30%
0153 – Promoção E Defesa Dos Direitos Da Criança E Do Adolescente	6247 – Capacitação De Profissionais Para Promoção E Defesa Dos Direitos Da Criança E Do Adolescente	5.877.659	1.499.510	1.417.810	1.417.810	25,51%	24,12%
	2452 – Ampliação E Consolidação Da Rede De Serviços Especializados De Atendimento As Mulheres Em Situação De Violência	19.130.000	9.641.198	6.404.363	6.217.199	50,40%	32,50%
0156 – Combate A Violência Contra As Mulheres	6812 – Capacitação De Profissionais Para Atendimento A Mulheres Em Situação De Violência	2.250.000	1.915.742	310.114	310.114	85,14%	13,78%
	8831 – Central De Atendimento A Mulher – Ligue 180	2.000.000	1.775.444	1.136.933	1.134.298	88,77%	56,71%
1060 – Brasil Alfabetizado	8833 – Apoio A Iniciativas De Fortalecimento Dos Direitos Humanos Das Mulheres Em Situação De Prisão	500.000	0	0	0	0,00%	0,00%
	8832 – Apoio A Iniciativas De Prevenção A Violência Contra As mulheres	4.428.500	3.172.151	2.071.408	1.966.773	71,63%	44,41%
1068 – Gestão Da Política De Gênero	0920 – Concessão De Bolsa Para Equipes De Alfabetização	177.136.161	105.377.513	86.956.300	86.577.980	59,49%	48,88%
	8526 – Apoio A Iniciativas Para Melhoria Da Qualidade Da Educação De Jovens E Adultos	22.950.000	200.000	200.000	200.000	0,87%	0,87%
	8790 – Apoio A Alfabetização E A Educação De Jovens E Adultos	131.850.000	0	0	0	0,00%	0,00%
	4641 – Publicidade De Utilidade Pública	3.200.000	500.000	36.191	36.191	15,63%	1,13%
	8850 – Monitoramento E Avaliação Do Plano Nacional De Políticas Para As Mulheres	950.000	240.000	240.000	240.000	25,26%	25,26%

1073 - Universidade Do Século XXI	6328 - Universidade Aberta E A Distancia	8.567.706	4.902.123	4.288.939	4.287.636	57,22%	4.287.636	50,04%
1127 - Sistema Único De Segurança Pública	2320 - Sistema Integrado De Educação E Valorização Profissional	57.871.740	21.937.863	8.424.457	8.418.611	37,91%	8.418.611	14,55%
	8124 - Sistema Integrado De Prevenção Da Violência E Criminalidade	17.141.170	93.038	93.038	93.038	0,54%	93.038	0,54%
	8988 - Apoio Ao Reaparelhamento Das Instituições De Segurança pública	157.658.441	20.781.398	80.000	80.000	13,18%	80.000	0,05%
1141 - Cultura, Identidade E Cidadania	8886 - Apoio E Modernização De Espaços Culturais - Pontos De Cultura	116.563.721	68.449.408	6.544.827	6.524.827	58,72%	6.524.827	5,60%
1145 - Comunidades Tradicionais	6060 - Capacitação De Comunidades Tradicionais	24.817.930	1.470.475	869.454	867.818	5,93%	867.818	3,50%
1214 - Atenção Básica Em Saúde	20b1 - Serviços De Atenção A Saúde Da População Do Sistema Penitenciário Nacional	8.289.720	4.246.690	3.596.530	3.596.530	51,23%	3.596.530	43,39%
1220 - Atenção Hospitalar E Ambulatorial No Sistema Único De Saúde	8585 - Atenção A Saúde Da População Para Procedimentos Em Média E Alta Complexidade	20.510.053.294	15.641.129.699	14.212.483.553	14.192.730.552	76,26%	14.192.730.552	69,20%
1312 - Atenção A Saúde De Populações Estratégicas - E Em Situações Especiais De Agravos	6175 - Implementação De Políticas De Atenção A Saúde Da Mulher	15.108.015	2.043.636	185.966	185.966	13,53%	185.966	1,23%
1377 - Educação Para A Diversidade E Cidadania	8751 - Apoio A Inserção Das Temáticas De Cidadania, Direitos Humanos E Meio Ambiente No Processo Educacional	16.650.000	4.184.118	2.770.938	2.770.808	25,13%	2.770.808	16,64%
1385 - Proteção Social Especial	2a69 - Serviços Específicos De Proteção Social Especial	128.934.707	85.802.604	85.802.604	85.802.604	66,55%	85.802.604	66,55%
1433 - Cidadania E Efetivação De Direitos Das Mulheres	8402 - Documentação Da Trabalhadora Rural	14.500.000	280.432	177.824	177.824	1,93%	177.824	1,23%
	8834 - Apoio A Iniciativas De Referência Nos Eixos Temáticos Do Plano Nacional De Políticas Para As Mulheres	11.150.000	4.257.789	2.995.713	2.995.713	38,19%	2.995.713	26,87%
	8836 - Formação De Profissionais Da Educação Em Conteúdos Não discriminatórios	1.150.000	0	0	0	0,00%	0	0,00%
1444 - Vigilância, Prevenção E Controle De Doenças E Agravos	6170 - Vigilância, Prevenção E Controle De Doenças E Agravos Não Transmissíveis	27.716.554	4.753.962	2.682.615	2.682.615	17,15%	2.682.615	9,68%
1453 - Nacional De Segurança Pública Com Cidadania - Pronasci	8853 - Apoio A Implementação De Políticas Sociais	175.329.800	74.238.579	49.817.631	49.817.631	42,34%	49.817.631	28,41%
	8857 - Apoio A Implementação De Políticas De Segurança Cidadã	172.951.510	146.852.370	67.143.708	63.788.679	84,91%	63.788.679	36,88%
		105.900.000	73.950.000	0	0	69,83%	0	0,00%
	Total	22.080.603.754	16.374.335.698	14.588.956.539	14.565.129.165	74,16%	14.565.129.165	65,96%



Notas

1. Relatório mensal do Banco Central (BC) divulgado em 23 de setembro.
2. Bernardo Kucinsky, www.cartamaior.com.br, economia, 14/10/2008
3. www.cfemea.org.br/Carta do Rio de Janeiro: em defesa da Seguridade Social.
4. Numero sem correção monetária.
5. Ver também www.inesc.org.br, nota técnica PLOA 2009
6. Diário do Senado Federal, PL 38/2008-CN, Volume I/VI, Mensagem Presidencial, pág.42
7. Ver <http://www.bcb.gov.br/htms/infecon/demab/ma200808/index.asp>, onde se constata que o valor da dívida interna, incluindo as operações de mercado aberto, já totaliza 1 trilhão e 501,69 bilhões de reais, sendo desse valor indexada à Selic R\$487,05 bilhões e para operações de mercado aberto R\$278,50 bilhões, que também são indexados pela Taxa Selic. Somando-se esses dois valores têm-se, R\$765,54 bilhões sensíveis a qualquer alteração na taxa de juros.
8. Ver site <http://www.divida-auditoriacidada.org.br>
9. Ver SUPERAVIT PRIMÁRIO – Cadernos para Discussão, FBO – Fórum Brasil do Orçamento.
10. Lei 11768 de 14/8/2008, art 2o.
11. Apenas os gastos previstos no PPI (Projeto-Piloto de Investimentos Públicos) não entram no cálculo do superavit primário e tem definido o montante máximo de 0,5% PIB (R\$15,9 bilhões em 2009).
12. Ver nota técnica Inesc (www.inesc.org.br) Arrocho fiscal para um Fundo inexistente.
13. Ver proposta do FBO – Forum Brasil do Orçamento para alterar a Lei de Responsabilidade Fiscal, que tramita na Câmara dos Deputados: PLC 264/2007
14. O governo dos Estados Unidos já comprometeu US\$ 2,6 trilhões de dólares tentando neutralizar a crise financeira iniciada pelo sistema hipotecário. O pacote britânico de refinanciamento de dívidas e apoio aos bancos, também chega a US\$ 1 trilhão de dólares.
15. Todas as informações sobre a execução dos programas, ações e funções do orçamento da União, estão disponíveis no site www.senado.gov.br/siga, acessível a todas as pessoas.
16. Valores correntes, sem correção da inflação do período
17. Lei11768 de 14/8/2008 (LDO 2009). Anexo 1 – Prioridades e Metas por Objetivo de Governo
18. Diário do Senado Federal, Ano LXIII – SUP."A" ao No.130, 28/8/2008. Volume II/II, Tomo I/II (pagina 783). Mensagem No. 112, de 2008-CN (Mensagem No.634/2008, na origem) Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2004/2007, página 2837.

19. Diário Senado Federal, PLOA 2009, Volume I/VI, pag 122
20. Dados obtidos no portal do orçamento do senado www.senado.gov.br/siga, em 30/9/2008
21. Ver www.senado.gov.br/siga seção orçamento temático, orçamento da mulher, execução emendas
22. www.senado.gov.br/siga/LOA 2008, em 26/9/2008
23. Conforme publicação da SPM, Enfrentamento à violência contra a mulher - Balanço de ações 2006-2007, p.41
24. II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, SPM, 2008
25. Está no capítulo 11 do II PNPM. Ver prioridade 11.2.20.
26. PRONASCI. PPA Deslizante 2008/2011 - Orçamento e Metas Físicas. Material distribuído no Seminário Segurança Pública, Justiça e Cidadania (dias 28 e 29 de agosto de 2008)



Centro Feminista de Estudos e Assessoria

SCS, quadra 2, bloco C, sala 602 - Ed. Goiás - 70317-900 - Brasília DF
Telefax: 55 (61) 3224.1791 - www.cfemea.org.br